



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DIEGO BIANCONI

**A MODERNIZAÇÃO PROGRESSISTA DO ESPAÇO NORTE
PARANAENSE E OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS:
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA (1991-2000)**

Londrina
2018

DIEGO BIANCONI

**A MODERNIZAÇÃO PROGRESSISTA DO ESPAÇO NORTE
PARANAENSE E OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS:
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA (1991-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade
Estadual de Londrina (UEL) .

Orientador: Prof.º Drº Rogério Ivano

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Bianconi, Diego .

A MODERNIZAÇÃO PROGRESSISTA DO ESPAÇO NORTE PARANAENSE E OS IMPACTOS SÓCIAIS E AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA (1991-2000) / Diego Bianconi. - Londrina, 2018.
59 f.

Orientador: Rogério Ivano.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Graduação em História, 2018.
Inclui bibliografia.

1. História Local - TCC. 2. Conflitos Sociais - TCC. 3. Impactos Ambientais - TCC. 4. Regime de Historicidade e Lugar Social - TCC. I. Ivano, Rogério . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Graduação em História. III. Título.

DIEGO BIANCONI

**A MODERNIZAÇÃO PROGRESSISTA DO ESPAÇO NORTE
PARANAENSE E OS IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS:
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA (1991-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade
Estadual de Londrina (UEL).

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profº Drº Rogério Ivano
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profº Drº Wander de Lara Proença
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profº Drº Roger D. Colacios
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 21 de Mês de 2018.

“As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante, contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-se de outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.”

Pierre Bourdieu

AGRADECIMENTO (S)

Primeiramente, agradeço a Deus, meus pais e esposa pelo carinho e pela compreensão nessa difícil caminhada.

Não esquecendo, o apoio do professor orientador Rogerio Ivano que possibilitou e viabilizou a realização deste trabalho, e também do grande incentivador para que este chegasse a ser desenvolvido, professor Wander de Lara Proença.

E por fim, todos os envolvidos, colegas de turma, de pesquisa, que de uma forma ou de outra muito generosamente emprestaram ou ofereceram seu conhecimento para que chegássemos ao final de um longo e árduo caminho.

Atenciosamente,

Diego Bianconi

BIANCONI, Diego. *A Modernização Progressista do Espaço Norte Paranaense e os Impactos Sociais e Ambientais: Uma Análise Historiográfica (1991-2000)*. 2018. 56 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

O presente trabalho consiste em analisar como a historiografia vem descrevendo os impactos sociais e ambientais em suas diversidades conceituais a partir de três dissertações de mestrado (1991-2000) como fontes historiográficas que debatem e dialogam sobre a temática que envolve os processos de modernização progressista na região norte do Paraná. O estudo busca compreender como os regimes de historicidade e o lugar social de cada temporalidade influenciaram nas produções acadêmicas em suas diferentes abordagens e espacialidades temáticas de cada um de seus respectivos autores e lugares de produção. Como resultado, as diferentes temporalidades que cada autor vivenciou em sua formação acadêmica junto às rupturas e transformações que as universidades sofreram neste processo, foram fatores determinantes para a formulação de novas abordagens e espacialidades para suas pesquisas que contribuíram para uma melhor compreensão da história local da região norte paranaense, expondo em sua diversidade conceitual os impactos sociais e ambientais ocultados e silenciados pelos diversos discursos ideológicos legitimados pela construção de uma memória coletiva disseminada no espaço norte do Paraná.

Palavras-chave: História Local, Conflitos Sociais, Impactos Ambientais, Regime de Historicidade e Lugar Social.

BIANCONI, Diego. *The Progressive Modernization of Parana's northern region and the Social and Environmental Impacts: A Historiographic Analysis (1991-2000)*. 2018. 56 p. Course completion assignment (Graduation in History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

The present work consists on analyzing how historiography has been describing the social and environmental impacts in its conceptual diversities from three dissertations (1991-2000) as historiographical sources that debate and dialogue on the theme that involves the processes of progressive modernization in the Parana's northern region. The research seeks to understand how the regimes of historicity and the social environment of each temporality influenced the academic productions in their different approaches and thematic spatiality of each of their respective authors and places of production. As a result, the different temporalities that each author experienced in their academic formation along with the ruptures and transformations that the university suffered in this process were determinant factors for the formulation of new approaches and spatiality for their research that contributed to a better understanding of the local history of the northern region of Paraná, exposing in its conceptual diversity the social and environmental impacts concealed and silenced by the various ideological discourses legitimized by the construction of a collective memory disseminated in the northern region of Paraná.

Key words: Local History, Social Conflicts, Environmental Impacts, Regime of Historicity and Social Place.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 - OS CONFLITOS SOCIAIS EM DISPUTA COM O DISCURSO DE FELICIDADE, NA OBRA IMAGENS DO PROGRESSO: CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE EM LONDRINA – 1930/1960 (1991).....	18
Fontes e metodologia utilizadas pela autora.....	21
Historiografia com a qual a autora dialoga.....	22
Impactos sociais e ambientais presentes na obra.....	25
2 - A MODERNIZAÇÃO PROGRESSISTA EM SUAS REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO E PODER, NA OBRA O ELDORADO: LONDRINA E O NORTE DO PARANÁ – 1930/1975 (1993).....	29
Fontes e metodologia utilizadas pelo autor.....	33
Historiografia com a qual o autor dialoga.....	34
Impactos sociais e ambientais presentes na obra.....	36
3 – DIVERSIDADE SOCIAL E AMBIENTAL EXTINTAS PELA REPRESENTAÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA DE UMA TERRA VIRGEM PRESENTES NA OBRA CRÔNICAS DE FRONTEIRA: IMAGEM E IMAGINÁRIO DE UMA TERRA CONQUISTADA (2000).....	41
Fontes e metodologia utilizadas pelo autor.....	43
Historiografia com a qual o autor dialoga.....	44
Impactos sociais e ambientais presentes na obra.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
FONTES.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

INTRODUÇÃO

O termo ecologia, em seu conceito básico, consiste na biociência que estuda as relações dos seres vivos entre si e destes com o seu meio orgânico ou inorgânico no qual vivem. A partir de uma análise ecológica de uma determinada região ou espaço, podemos compreender como uma sociedade em seus processos de organização e produção afeta o equilíbrio ambiental e social em sua escala presente e futura de suas ações.

Deste modo, através da noção ecológica, os homens vivem em sociedade apropriando-se de um determinado espaço, onde se organizam de diferentes formas para garantir a produção de suas necessidades básicas de sobrevivência, na qual a natureza é a fonte primária para o sustento da vida humana.

No entanto, a apropriação destes campos naturais subordinados à vontade do homem está sujeita não apenas a sua manipulação para a produção de sua subsistência, mas sim, nas formas de organização, produção e comercialização dos recursos naturais extraídos deste espaço.

Desta forma, na atualidade, por meio da tecnologia e das técnicas de apropriação do solo, a destruição do cenário ambiental com o intuito da produção material para exportação em escala comercial é resultante da busca dos lucros proporcionados pelo capital, em que a fauna e a flora são fontes naturais ricas para a extração de minérios, vegetais e animais. A partir dos processos industriais executados pelo homem, as “heranças coloniais” são destruídas para dar espaço a uma modernização progressista de uma determinada região.

Contudo, o pensar a história, no domínio das ciências humanas, exige do pesquisador o compromisso de compreender a realidade de nossas ações frente a uma complexidade de perspectivas presentes em um determinado acontecimento histórico que vai desde a seus respectivos fatos até seus diferentes relatos, documentos, historiografias, visões, opiniões, interesses e mitos.

Neste ambiente de pesquisa e análise, o historiador tem a função de investigar não apenas o fato ocorrido em si, mas sim todas influências internas e externas que participam desta realidade histórica, que proporcionam uma diversidade de valores e sentidos a tal historicidade, que são capazes de legitimar uma “verdade histórica” em um determinado lugar ou região em que houve tal acontecimento, introduzindo um mito que se transpõe e se propaga como uma verdade historiográfica tradicional.

Se analisarmos a historiografia tradicional defendida entre os anos de 1950 e 1960 sobre o território norte paranaense, nota-se a presença do mito referente a uma terra desabitada e não trabalhada em seu início, apagando toda uma diversidade de vida e presença neste território, que antes, era preenchida por indígenas, sertanejos, comunidades eclesiais, superstições e sua densa riqueza florestal, sendo reconhecidas e denominadas por alguns autores como gigantes criaturas vegetais. Desta forma, toda esta diversidade de vida social e biológica antes presente foi apagada da história, quando esta terra que antes era povoada por vida vegetal e presença humana foi nomeada como virgem.

Por conseguinte, a construção de uma memória coletiva como instrumento de dominação e poder legitimou-se não apenas no seu tempo, mas também fez parte no decorrer de sua construção permanecendo até o final da década de 1980 e defendida por uma historiografia tradicional que se espalhou por dissertações de mestrado, livros, jornais, revistas e propagandas midiáticas da imagem de Londrina e região.

Sendo assim, este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo compreender como a historiografia vem analisando a modernização progressista no espaço norte paranaense referente a seus impactos sociais e ambientais, no qual a historiografia tradicional de uma terra virgem e inabitada foi questionada, abordando um outro lado da história local, em que o regime de historicidade e o lugar social também estão envolvidos em sua análise como agentes influenciadores em suas diferentes noções conceituais.

Nesta perspectiva, para compreendermos o cenário nacional em sua transformação modernista, segundo Jurandir Malerba (2009), as interações entre o conhecimento, as ideologias e as exigências da escrita no campo das academias do Brasil foram se transformando com o passar das décadas. O tradicionalismo historiográfico dos anos 1950 e 1960 que buscava a construção de uma identidade regional que exaltava as belezas e as características produtivas de suas terras, criando heróis míticos e símbolos que legitimavam seu espaço, dando forma a uma nova conscientização sobre as noções do tempo e de região nos anos 1970 e 1980.

Nisto, um crescimento sobre o interesse na história regional passou a ser o centro das atenções das academias, que relacionavam a problematização do desenvolvimento do capitalismo, frente a sua ação de “modernização progressista” dos espaços regionais.

Em continuidade, ao analisarmos a historiografia defendida no início dos anos 1990 a 2000, temos uma ruptura e transformação nos conceitos abordados sobre a transformação do território paranaense. A crítica à historiografia tradicional passa a ser presente na escrita das academias deste período, em que o questionamento sobre a autenticidade e a continuidade das antigas abordagens referentes a construções de identidades regionais são colocadas em questão. Com isto, abriu-se espaço para abordar novos campos e temas frente a esta investigação, na qual o fator ambiental e social é levado em conta frente às mudanças e rupturas que o território paranaense sofreu durante sua formação e transformação regional.

Desta forma, meu objeto de estudo para este tema consiste em analisar três dissertações de mestrado como fontes historiográficas que debateram e dialogaram sobre a temática que envolve os processos de modernização progressista e seus respectivos impactos ambientais e sociais na região norte do Paraná, no qual o regime de historicidade e o lugar social em que as produções historiográficas se inserem estão diretamente ligadas às suas abordagens.

Em uma breve apresentação das três obras, a primeira dissertação analisada é desenvolvida por Sonia Maria Sperandio Lopes Adum em *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina - 1930/1960*, que foi defendida em 1991 pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); em seguida a dissertação de José Miguel Arias Neto, *O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná 1930-1975*, que foi defendida e publicada em 1993 pela Universidade de São Paulo (USP); e, por fim, a dissertação de Rogério Ivano, *Crônicas de Fronteira: imagens e imaginário de uma terra conquistada*, defendida no ano de 2000 pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Nestas obras foram abordadas algumas questões metodológicas para sua compreensão, dentre as quais, as fontes e metodologias utilizadas por cada uma das obras; em seguida, com qual historiografia cada autor dialoga em suas dissertações; e por fim, identificamos quais perspectivas dos impactos sociais e ambientais estão presentes em cada uma das abordagens.

Ao analisarmos como a historiografia vem descrevendo os impactos sociais e ambientais provocados pelos processos de modernização progressista da região, podemos compreender as modificações que o campo historiográfico passou a partir dos diferentes regimes de historicidade de cada obra analisada, abordando como ela dialoga com a história local e quais inovações ela traz para as produções historiográficas futuras. Não obstante, a importância de se analisar o lugar social de cada autor junto à história local, nos auxilia a

compreender também as influências que as transformações regionais sofrem devido as necessidades do contexto nacional.

Assim, a historiografia regional norte paranaense passou por atualizações e revisões analíticas diferentes a cada temporalidade, com a criação de novos caminhos, novas abordagens, novas interpretações e espacialidades que, juntas, possibilitaram novas produções e questões que buscaram compreender como os processos históricos se desenvolveram nas ações modernizadoras e progressistas do espaço norte paranaense.

Para efetuar a análise destas três dissertações de mestrado, o primeiro referencial metodológico a ser trabalhado é sobre a *História Local* abordada por José D' Assunção Barros (2005), que promove o estudo das populações localizadas num determinado espaço, como sendo fragmento de uma comunidade nacional em seu todo.

Deste modo, o autor conceitua a história local da seguinte maneira:

A História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico – surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das nações ocidentais. (BARROS, 2005, p. 107,108)

A partir desta abordagem, a importância de se estudar a história local está relacionada a compreender os processos de desenvolvimento da região em suas respectivas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais, quando uma nova paisagem é construída, uma nova história é escrita para este espaço apropriado pelos interesses das diferentes esferas de poder.

Em seguida, vamos abordar os conceitos de Warren Dean através do seu livro *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, para se analisar como os impactos sociais e ambientais são realizados devido aos processos de modernização progressista da região. Nesta obra, o autor estudou como os processos de modernização progressista no Brasil foram utilizados como instrumentos de devastação ambiental, pois, sem se pensar nos prejuízos futuros, a imagem de um país moderno e urbanizado foi privilegiada no imaginário social a partir dos interesses das esferas públicas e econômicas após a década de 1940:

A queimada da floresta para plantar cafezais foi a principal causa, mas não a única, do desflorestamento no século XIX. O comércio do café

induziu o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias. Consequências indiretas da prosperidade febril baseada numa única mercadoria de exportação, exerceram pressões sobre uma área mais ampla da Mata Atlântica, dando início ao que agora pode ser considerado como danos irreversíveis a paisagens antropomorfizadas. (DEAN, 1996, p.206)

A questão ecológica para a apropriação dos bens naturais compostos no espaço norte paranaense, assim como nas demais regiões do país, obteve uma substituição de valores e sentidos ideológicos para justificar a sua devastação. Não apenas o lucro e o capital eram tidos como objetivos primários das ações colonizadoras das diversas companhias de terras que subjugavam o solo, mas também a imagem de um país moderno e urbanizado para ser transmitido mundo afora; ou seja, a partir do crescimento demográfico resultante das imigrações, um espaço ‘civilizado’ seria a necessidade suprema dos desejos do estado nacional.

Se o crescimento demográfico, a urbanização, a industrialização e a implantação de ferrovias foram fatores determinantes para a formação da paisagem local, na análise de cada uma das obras foi procurado identificar o particular posicionamento de cada autor sobre como cada fator foi tratado como política de devastação ambiental.

Por conseguinte, o *Regime de Historicidade* de François Hartog (1996) entra como o terceiro fator metodológico a ser utilizado nesta pesquisa, onde as academias universitárias são analisadas em suas respectivas temporalidades, as quais, seguem determinados padrões de escrita, abordagens e espacialidades que proporcionam valores e sentidos que são próprias de seus respectivos regimes de estudo.

Deste modo, a cada temporalidade, a escrita, suas normas e ideologias se transformam, adquirindo novas características que são atribuídas às suas novas fases de transição, que são identificadas como regime de historicidade. Assim:

Um regime de historicidade não é uma entidade metafísica, descida do céu, mas um quadro de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo que permite e que proíbe pensar certas coisas. Contestado tão logo instaurado, um regime de historicidade reformula, “recicla” elementos anteriores da relação com o tempo, para fazê-los dizer outra coisa de maneira diferente (tal como a história magistra retomada pelo cristianismo e historiadores medievais). A passagem de um regime a outro conduz a períodos de cruzamentos: o período revolucionário é um bom

exemplo disto. Um regime, enfim, não existe jamais em estado puro. (HARTOG, 1996, p. 132)

A abertura de novos campos do saber, novos segmentos e novas espacialidades de análise para a historiografia corresponde à transição que os regimes de historicidade proporcionam em suas temporalidades dentro dos centros universitários, quando novos questionamentos requerem o auxílio a uma interdisciplinaridade de conteúdo. No contexto da historiografia paranaense, não apenas o aspecto econômico nos fornece respostas para o desflorestamento de nossa região, mas também, o entendimento das esferas ecológicas e biológicas, que junto com os interesses políticos e sociais são fundamentais como ferramentas de pesquisa para se compreender a apropriação destes campos na história local em suas respectivas transições temporais.

Por fim, o último referencial metodológico a ser utilizado juntamente com o regime de historicidade é *o Lugar Social* de Michel de Certeau (1982), em que não apenas as universidades, mas sim, o contexto histórico da formação acadêmica de seus autores e suas respectivas influências de seu período de vivência são determinantes para identificar os caminhos que os levaram a descreverem suas pesquisas. Deste modo:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito com determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados. (...) É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam. (CERTEAU, 1982, p. 66)

Nesta perspectiva, as rupturas e transformações que um determinado espaço sofre em virtude de ações políticas, econômicas, sociais e culturais são fatores primários de influência nos modos críticos de compreensão dos habitantes da região. Assim, a partir do estudo e conhecimento das esferas exteriores de seu lugar social, o indivíduo adquire uma transformação em sua base ideológica, onde a interação interdisciplinar deste conhecimento em seu desenvolvimento acadêmico e social lhe proporciona uma subjetividade crítica, que não apenas fica restrita aos fundamentos de ensino que ele obteve em sua instituição acadêmica. Sua experiência social e cultural faz parte determinante de sua análise histórica e crítica, correspondentes a seu lugar social.

Por conseguinte, o regime de historicidade e o lugar social serão analisados neste trabalho de conclusão de curso levantando algumas questões, dentre as quais, em qual ambiente de produção acadêmica as obras de nossa análise foram elaboradas e disseminadas?;

como as transformações internas do campo historiográfico teriam influenciado nas abordagens e definições de espaço dessas obras?; em quais aspectos suas dissertações dialogam com a história local do Paraná em relação a como ela era escrita na época?; até que ponto seus objetivos e críticas chegavam a atender certas demandas de poder?; como o lugar social e os regimes de historicidade influenciaram na escrita de suas obras?; e também, quais transformações e questionamentos que elas propiciaram após suas publicações?

Por fim, a partir desta classificação temporal, podemos concluir como as noções conceituais sobre os impactos sociais e ambientais foram analisados pela historiografia e como se modificaram durante o passar das décadas, entre os quais o regime de historicidade e o lugar social vivenciado por cada autor que são fatores determinantes a estas modificações na escrita, nas regras institucionais e na ampliação do campo de visão crítico destas abordagens historiográficas do campo regional.

Em suma, a história possui seus desdobramentos e desenvolvimentos a todo instante, onde a subjetividade de uma análise é passível de uma diversidade de questionamentos, críticas e interpretações futuras. Mas o que não se deve deixar de lado é que cada autor possui em sua escrita, valores e sentidos que são determinados por seus regimes de historicidade e lugar social, aos quais pertencem em suas respectivas temporalidades. Assim, é neste processo metodológico que vamos acompanhar como a história local e os impactos ambientais e sociais foram abordados.

1 – OS CONFLITOS SOCIAIS EM DISPUTA COM O DISCURSO DE FELICIDADE, NA OBRA “IMAGENS DO PROGRESSO: CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE EM LONDRINA – 1930/1960” (1991) DE SONIA MARIA SPERANDIO LOPES ADUM

No primeiro capítulo, vamos analisar a obra de Sonia Maria Sperandio Lopes Adum “Imagens do Progresso: Civilização e Barbárie em Londrina – 1930/1960”, uma dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em 1991, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, tendo como orientador o prof. Dr. Manoel Lelo Belloto¹.

Em sua obra, vamos estruturar a nossa pesquisa a partir de como Adum elaborou e apresentou a sua dissertação, buscando evidenciar como ela exerceu as delimitações de espaço e de temporalidade da sua região; quais e que tipos de fontes ela descreveu e utilizou para expor suas ideias sobre os conflitos sociais em disputa ao “discurso de felicidade”² exposto pela propaganda de imigração da região; e quais os suportes teóricos e metodológicos foram utilizados pela autora para descrever suas críticas e ideologias sobre o espaço norte paranaense.

Iniciando a nossa apresentação a partir da formação acadêmica da autora, Sonia Maria Sperandio Lopes Adum é graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre 1971 e 1975, obtendo seu título de Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) no ano de 1991; e, por fim, obteve seu título de doutorado em História Social, pela mesma instituição em 2003.

Em seu currículo, trabalhou junto à Coordenação do Ensino Superior na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SESP-PR), e também atuou como professora associada da Universidade Estadual de Londrina. Por conseguinte, a autora tem em seu histórico de pesquisa na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: História, História da América, Patrimônio

¹ Manoel Lelo Bellotto foi Graduado em História pela Universidade de São Paulo (1959) e doutorado em História da América de Colonização Espanhola pela Universidade de São Paulo (1969). Livre Docente (1983) e Professor Titular UNESP. Consultor científico - Museu da Emigração e das Comunidades tendo sido professor/orientador credenciado da Universidade de São Paulo. Teve atuação nas áreas de Metodologia Científica e Artística e de História, com ênfase em História da América de Colonização Espanhola, atuando principalmente nos seguintes temas: transposição cultural, história, arquitetura rural, escultura e arte pública.

² O Discurso de Felicidade é um dos conceitos que Adum aplica em sua dissertação referente a construção de uma memória coletiva que foi promovida pelas propagandas comerciais da CTNP (Companhia de Terras Norte do Paraná) em seus panfletos e noticiários de venda das terras, nas quais o discurso de paz e lucratividade econômica eram garantidos com a compra das terras.

Cultural e Memória.

Após acompanharmos os aspectos característicos em sua formação e buscando fazer uma breve relação da sua obra, identificamos que a autora busca repensar e redefinir o discurso de felicidade que se construiu da memória propagandista da colonizadora Companhia de Terras Norte do Paraná na região de Londrina, a qual, buscou legitimar a visão de uma terra fértil, provedora de lucros e riquezas naturais, que conseqüentemente era isenta de desigualdades sociais, tentando com esta memória ocultar os conflitos sociais entre a família pioneira³ e os migrantes e imigrantes que não tiveram sucesso no cultivo das terras. Em suas palavras:

Às imagens do progresso da cidade que crescia para o alto com seus ‘arranhas céus’ e com suas histórias de homens que enriqueciam da noite para o dia, outras se contrapunham na mesma proporção e mostravam a cidade pobre, conflituosa e violenta, compondo o mundo do qual eu deveria ficar afastada. (ADUM; 1991, p. 6)

Desta forma, a autora analisa o discurso de felicidade representado pelo simbolismo⁴ do progresso, que disseminava a presença de passividade social e riquezas naturais da região, buscando ocultar os perigos e as incertezas que o progresso trazia em seu repertório. Com isto, foi possível evidenciar o revés daquelas pessoas que saíram de sua cidade ou país natal para cultivar as terras vendidas pela CTNP e não obtiveram sucesso em sua tarefa, que em resultado, tentaram buscar outro tipo de trabalho na região para sua sobrevivência.

Quando não encontravam serviços, transformavam-se em ladrões, malandros, mendigos, curandeiros, prostitutas, dentre outras referências negativas, sintetizando assim, a barbárie do insucesso das terras, que em sua consequência, deram origens aos intensos e violentos conflitos sociais presentes no espaço norte paranaense.

Como pressuposto adicional a sua obra, Adum afirma que a sua motivação para

³ A primeira identificação é com o colonizador português, que é qualificado como ‘desbravador’. A partir daí vamos encontrar o fazendeiro, o proprietário rural, que desempenha ‘o papel inalienável do desbravador’ capaz de arriscar a vida e os bens na conquista de territórios virgens. Para a Companhia, este fazendeiro, juntamente com o café e a terra roxa, formam o tripé que define os condicionantes do ‘progresso’ e da ‘civilização’. Ao fazer esta retrospectiva identificadora da ação dos ‘desbravadores’ desde o início da colonização do território brasileiro o que se procura é buscar uma legitimação histórica para aqueles que são os ‘pioneiros’ da Companhia. Assim é que no retorno às origens se busca uma ligação, um elo com aqueles que ‘fundaram’ este país, a região de São Paulo e o Norte do Paraná. É nosso entendimento que, ao se fixar estes ‘pioneiros’, se reafirma aqueles, vinculados à Companhia, os ‘primeiros’ entre os ‘pioneiros’, os ‘verdadeiros fundadores’ de tudo, pois sem estes, não existiriam aqueles outros. ADUM, Sonia Maria S. Lopes & TOMAZI, NELSON D., 1989, op. Cit. P. 17-180.

pesquisa foi baseada na experiência que viveu em sua infância, que vinda para Londrina, observou a existência de dois mundos diversos que se confrontavam (em alguns casos de forma violenta) no cotidiano, em uma luta entre os enriquecidos pelo trabalho da terra sendo classificados como civilização, e os decaídos a marginalidade do insucesso do empreendimento, classificados como barbárie entre os vadios, gatunos, prostitutas, mendigos e os demais pertencentes. Assim, sua experiência de vida auxiliou como motivação a repensar e redefinir o discurso de felicidade empregado nos informativos sobre a cidade.

A partir disto, com o intuito de analisar essa temática em sua dissertação, Adum estruturou sua pesquisa em três etapas, das quais, a primeira é responsável por traçar considerações gerais sobre o cenário de conflitos sociais existentes na região através de periódicos de jornais e processos criminais.

Na segunda etapa, uma análise documental e arquivista produzidas pela CTNP foram efetuadas para evidenciar a produção de um discurso de imagem e memória que simbolizava a passividade da região providas pela modernização progressista. Na terceira, a partir dos processos criminais, a autora contrapõe o discurso de felicidade frente a realidade social de conflitos e violência no espaço norte paranaense.

Assim, a metodologia de contraposição de fatos, memórias e documentos foram utilizadas por Adum como estrutura para evidenciar os conflitos sociais ocasionados pelo simbolismo do progresso, onde sua crítica contrapõe a historiografia tradicional⁵ de passividade social no espaço norte paranaense.

Deste modo, para compreendermos com qual historiografia a autora dialoga em sua dissertação, vamos abordar primeiramente quais fontes e referências metodológicas são utilizadas como fundamentação à sua pesquisa, permitindo esclarecer os prejuízos sociais que a modernização progressista ocasionou em seus processos de construção.

⁴ Estamos pensando as produções simbólicas como instrumentos de dominação, isto é, privilegiando as funções políticas dos sistemas 'simbólicos'. As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem a interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-se das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento de distinções. BOURDIEU, Pierre. 1989, p. 10-1.

⁵ Noção conceitual aplicada por Jurandir Malerba (2009) sobre a historiografia praticada pelas academias nas décadas de 1950 a 1960 abordada em seus detalhes na introdução deste trabalho.

– Fontes e metodologias utilizadas pela autora

As fontes primárias de sua dissertação correspondem a publicações sobre a cidade de Londrina por documentos produzidos pela CTNP em seus álbuns comemorativos e folhetos de propaganda, que juntamente com os noticiários jornalísticos, realizavam uma exaltação simbólica da região que legitimava a memória do sucesso da ação colonizadora e produtora da modernização progressista do espaço em sua passividade.

Em seguida, depoimentos orais foram analisados como auxílio ao esclarecimento de fatos ocorridos no cenário de conflitos sociais, entre os quais, estão listados o depoimento do Sr. Miguel Santos concedido à Prof. Maria M.N. Sinema Gomes em 16/07/1988; e o depoimento do Sr. Joaquim Vicente de Castro concedido ao Arquivo Histórico da UEL em 30/09/1975.

Por conseguinte, a documentação principal de sua argumentação nos conflitos sociais está exposta nos processos criminais, que Adum define como três processos, sendo o primeiro acompanhado por uma subsequência adicional de questionamentos. Assim, o processo de nº 28/1940 e nº 885/1940 fazem parte do pacote nº 16.F.C.L., que corresponde a uma abertura de investigação do estado contra a prefeitura de Londrina, que foi acusada pelo jornal Gazeta do Povo, de Curitiba, de acumular arrecadação de impostos e não os investir em infraestrutura e processos sociais para a cidade. Com isto, a CTNP abriu um processo subsequente contra a Gazeta do Povo por acusações sem provas documentais de sua suposta ilegalidade administrativa.

Quanto aos utilizados, são de nº 3305/1948 do pacote nº 9 F.C.L.; e o último do nº 772/1948 do pacote nº 10 F.C.L., que correspondem a um incidente de repressão policial na Rua Rio Grande do Sul, onde um cidadão acabou morto a tiros, em uma confusão próxima a um bar de meretrizes, em que o desacato aos oficiais resultou em um conflito de multidão. A decisão jurídica inicial havia culpado a polícia não pelo ato em si da morte de um popular, mas pelo histórico de repressão militar que havia na cidade por suas tropelias, injustiças e desmandos autoritários. Dois anos mais tarde, um novo julgamento foi processado resultando em absolvição.

Por fim, a utilização de contratos, legislação e periódicos evidenciavam tanto a propaganda de passividade na região quanto o estabelecimento da ordem a ser seguida, a qual, determinadas cartilhas de permissões e restrições eram listadas aos compradores de terras que estavam sujeitos a todo tipo de sanções por parte da CTNP caso alguma destas ordens fossem

descumpridas. Visto que, o intuito delas era de se forçar uma civilização moderna que não se misturasse com a marginalização que se representa a barbárie comportamental dos conflitos existentes em questão.

– Historiografia com a qual a autora dialoga

Em análise dos processos metodológicos de François Hartog (1996) e Michel de Certeau (1982), identificamos que o ambiente de produção a qual a obra foi elaborada está relacionada às fases de rupturas e remodelações que a historiografia passou dentro das academias universitárias nos anos de 1980 a 1990, onde uma demanda crítica a autenticidade e continuidade de antigas abordagens elaboradas pela historiografia produzida nas décadas de 1950 e 1960 se coloca em um ritmo consideravelmente elevado na escrita deste regime de historicidade, questionando os argumentos e discursos referentes as construções de identidades regionais.

Através desta inovação analítica das academias junto a sua formação de graduação entre 1971 a 1975, as transformações internas do campo historiográfico do novo período influenciaram a autora na produção de uma abordagem de redefinição e questionamento do discurso simbólico da CTNP que atuou como correspondente política do município de Londrina. Com isto, o outro, marginalizado pelos insucessos do empreendedorismo das terras, havia sido ocultado do regime historiográfico tradicional, que remetia a memória coletiva disseminada pelas propagandas de passividade do espaço norte paranaense, devendo ser investigada não apenas pelas academias universitárias, mas também, pelas outras esferas públicas e privadas na evidencia dos conflitos sociais presentes.

Nesta perspectiva, a ligação que Adum faz com os campos do saber relacionados a história do espaço norte paranaense se classifica como uma ruptura a versão tradicionalista da região, que a partir da adoção de novas linhas de pesquisa em sua análise, desvinculou a historiografia das décadas de 1980 a 1990 da continuação dos discursos de identidade questionando-os com uma nova gama documental que fundamentasse suas argumentações críticas.

Em outras palavras, o regionalismo historiográfico que fundamentava suas análises nos relatos e discursos da família pioneira, se modificava a partir da ampliação de suas fontes documentais e de pesquisa, onde a voz do outro, marginalizados e reprimidos pelas demandas

de poder daquele período, contribuíram para uma nova subjetividade historiográfica sobre a história do espaço norte paranaense, em foco, a cidade de Londrina.

Entretanto, a evidência de um conflito social existente na abordagem histórica analisada pela autora vai em contraposição a história local e a historiografia produzida nas décadas de 1970 e 1980, as quais, fundamentadas pela problematização do desenvolvimento regional impulsionado pelo capitalismo que buscava a modernização progressista de seus espaços de atuação, em seu novo regime de historicidade dos anos de 1980 a 1990, redefiniu o discurso de paz e felicidade mostrando as dificuldades de sobrevivência das classes mais pobres frente as ações dos poderes públicos e privados na luta de uma elite que tentou uma limpeza social a todo custo.

Com isto, sua conscientização é classificada na seguinte experiência:

Esta busca levou-me também a recuperação destes ‘outros’; de um pouco de memória social de suas vidas, que, na verdade, tem se perdido muito mais em função de posturas ideológicas do que pela efetiva ausência de documentação. Apesar das informações estarem muitas vezes escondidas, ralas e fragmentadas, pode se perceber um cotidiano permeado de conflitos e confrontos onde se multiplicam formas de resistência e luta. Para que vejamos estes pontos basta que reavaliemos o político no campo da história do dia a dia. Quando iluminamos momentos da história da cidade em que a presença popular se manifesta, podemos perceber, portanto, os lados não conhecidos da dominação e da reação popular. (ADUM, 1991, p. 6,7.)

Desta forma, a iluminação de um cenário composto pelos conflitos sociais de luta contra a repressão e a ordem abordados pelos regimes de historicidade dos anos de 1980 a 1990 também entraram em conflito com “determinadas” demandas políticas de poder públicas e privadas, que tendo suas identidades e metodologias de repressão postas em críticas e análises, ficam responsáveis tanto pelos inúmeros danos sociais aos marginalizados pertencentes as classes mais pobres, quanto os impactos ambientais que a industrialização e urbanização promovidas pela modernização progressista ocasionou no espaço norte paranaense, os quais, serão tratados mais a frente neste trabalho.

Como resultado destes novos espaços do saber em sua fragmentação, Adum proporciona juntamente com outros historiadores, uma abertura crítica no ambiente historiográfico da década de 1990, proporcionando a exploração de uma nova espacialidade composta pelo questionamento às identidades regionais e suas memórias coletivas, com objetivo de desconstruir o discurso tradicionalista disseminado pelas esferas públicas, privadas e acadêmicas das décadas anteriores.

Assim, as transformações internas do campo historiográfico dentro das academias universitárias serviram não apenas como uma parcial ruptura de elementos analíticos, mas também como processos históricos que resultaram em uma ampliação interdisciplinar para os projetos e pesquisas subsequentes, que para a disciplina da História que se define como a ciência que estuda o homem no tempo, evidencia um crescimento argumentativo e ideologicamente mais rico em suas espacialidades. E nesta concepção:

O tempo de pesquisa é aquele onde o historiador ainda não imagina a visão de conjunto. Neste momento uma nuvem encobre os horizontes possíveis e distantes e ele ainda não tomou muita distância dos detalhes dos documentos brutos. Mais importante talvez do que a defesa da dissertação, seja comunicar aos leitores a alegria de sua descoberta, torna-os sensíveis às cores e aos odores das coisas desconhecidas. (ADUM, 1991, p.5)

Porém, o lugar social vivenciado pela autora também é um importante fator que impulsionou e refletiu em sua visão crítica ao discurso de felicidade da região local. Ao lembrarmos a noção conceitual sobre o lugar social de Michel de Certeau (1982), todo discurso historiográfico está imerso nas relações dos lugares sociais do qual emergiu, onde a subjetividade vivenciada e proporcionada pelos diferentes processos históricos que a autora passou, determinou consequentemente na sua escrita e no seus respectivos valores e sentidos de seus argumentos.

Nesta visão, o lugar social de cada historiador entre outros autores deve ser levado em consideração nos resultados e objetivos de suas respectivas produções acadêmicas, onde podem ser influenciadas ou não pelo cenário político nacional e ideológico das décadas de 1950 e 1980, as quais, transmitiram uma noção de crescimento e expansão demográfica do país, em que as esferas públicas e suas instituições acadêmicas disseminavam um discurso de progresso nacional, legitimando uma memória coletiva que ocultasse os problemas e prejuízos ocasionados pela sua modernização progressista⁶.

Por fim, o regime de historicidade e o lugar social vivenciado por Adum auxiliou diretamente na postura de sua abordagem espacial e crítica, que a partir de agora, vamos compreender quais foram seus apontamentos específicos que contribuirão para a exposição dos impactos sociais e também ambientais da região local.

⁶Segundo Jurandir Malerba (2009), a modernização progressista obteve seu impulso inicial a partir do plano de governo da nação nas décadas de 1950 e 1960, que tinha como objetivo povoar as demais regiões ainda não desenvolvidas exercendo o trabalho de urbanização e crescimento econômico das mesmas.

– Impactos Sociais e Ambientais presentes na obra

Para identificarmos os impactos sociais e ambientais presentes na obra, vamos analisar primeiramente os aspectos de delimitações de espaço e temporalidade, possibilitando compreender como Adum contextualiza a sua pesquisa da cidade de Londrina enquanto recorte geográfico, abordando os motivos que a levaram a esta escolha; o que ela representava para a temporalidade histórico-nacional de regime de historicidade; e como ela a conceitua em sua análise crítica.

A partir destas delimitações espaciais e temporais, vamos compreender como a autora define as políticas de devastação social e ambiental a partir de quatro elementos metodológicos referenciados por Warren Dean (1996), dos quais, o crescimento demográfico; urbanização; industrialização; e a implantação de ferrovias estão selecionados como argumentos determinantes que classificam a dimensão dos prejuízos da modernização progressista.

De início, a região norte paranaense é vista pela autora como um cenário de conflitos sociais que dividem o ambiente em dois mundos, classificados em sua crítica como civilização contra a barbárie. Deste modo, o discurso de paz, felicidade, e de enriquecimento garantido pela produtividade das terras dissemina um imaginário composto pela construção de uma memória coletiva, que conseqüentemente marginaliza os desfavorecidos pelo fracasso do empreendimento das terras, ocultando sua existência e suas dificuldades de sobrevivência na região.

Nesta perspectiva, assim como sua motivação pessoal, Adum objetiva desconstruir o discurso de felicidade, evidenciando as ferramentas políticas e midiáticas que foram utilizadas para legitimar uma memória coletiva, por sua vez, dando voz à história dos vencidos pela elite pioneira, onde suas dificuldades, repressões, violências e injúrias são abordadas pela temática de sua dissertação. Não obstante:

[...] procuramos demonstrar como se comportou a vida dos homens em uma região de que muitos se vangloriam por ser pacífica e ordenada; [...] onde camponeses viram-se ameaçados e expulsos de suas terras, muitas vezes, sob grande violência; onde ‘vadios’, ‘aventureiros’, ‘mendigos’, ‘caftens’, ‘jogadores’ e ‘prostitutas’, isto é, aqueles que não se submetem a lógica férrea do trabalho então construída, foram, por vários mecanismos, afastados em nome do tripé: ‘ordem/progresso/civilização.’ (ADUM, 1991, p.13,14)

Por conseguinte, a temporalidade escolhida pela autora corresponde ao contexto que estava vivenciando o território brasileiro entre os anos de 1930 a 1960, onde o repovoamento das diversas regiões do país seria preenchido pela imigração, não apenas com o objetivo de realizar o programa de colonização e modernização das terras, mas sim o de criar uma identidade regional a cada espaço que legitimasse as terras em sua delimitação de fronteiras.

Com cada espaço demarcado pelas suas limitações fronteiriças, o poder simbólico e suas respectivas memórias construtivas seriam legitimadas, executando a modernização e produção econômica das mesmas, colocando o país em inteiro desenvolvimento nas suas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Nesta temporalidade, a região norte paranaense se encaixava na ideologia de repovoamento e produção econômica das terras, onde Adum vivenciou em sua infância o lugar social da colonização de Londrina, que junto com o imaginário de crescimento, conseguiu expor os prejuízos sociais de conflito e sobrevivência dos desfavorecidos pela política colonizadora, os quais, a autora conceitua a região em seus conflitos de “civilização contra a barbárie”.

Entretanto, para compreendermos como estes conflitos sociais se originaram, a autora aponta que na modernização progressista da cidade de Londrina, entre as décadas de 1930 à 1940, a CTNP objetivou estabelecer um controle de ordem e leis na região, em que o contrato de compra de suas terras estabelecia um padrão de regras a serem seguidas, as quais a empresa colonizadora realizava um papel de ordem e vigilância perante seus cidadãos, que no descumprimento delas teria o direito de tomar as terras de seu comprador.

Em adicional, a prefeitura municipal da cidade em 1935 nomeava como governante Willie da Fonseca Brabazon Davis, que antes diretor da CTNP, passa a ser o representante dos interesses da empresa colonizadora no cargo público da cidade, garantido o auxílio da lei em favor aos interesses do capital inglês. Com este cenário de ordem, vigilância e controle, a CTNP buscava manter uma suposta civilidade entre seus colonos por meio de seu monopólio político da cidade.

No entanto, a partir da década de 1940, o crescimento demográfico desenfreado da região norte paranaense ocasionou na perda do controle e da ordem da cidade, que devido as propagandas de imigração que a empresa colonizadora desempenhou, uma gigantesca massa populacional veio a Londrina em busca das riquezas prometidas. Em destaque:

Enfocando alguns dados específicos sobre o movimento demográfico da cidade de Londrina, a argumentação se tornará mais clara. Em 1945, 52.000 pessoas já estavam estabelecidas neste núcleo, contra as 15.000 de 1935. Em, 1950, a população urbana contava com 39.000 ha., enquanto que a rural era de 38.317 ha. Em 1960, a população urbana crescia para 72.587 ha., sobrepujando a rural que contava então com 61.964 ha. Já em 1970, quase que se duplicava a população urbana do município em relação a rural, respectivamente 156.566 ha. e 72.266 ha. (ADUM, 1991, p. 19)

A partir do crescimento demográfico emitido pela autora, de 15.000 hab., em 1935, a cidade passou a ter no ano de 1970 aproximadamente 228.832 hab., resultando em uma explosão demográfica que ultrapassava os limites residenciais e sociais impostos no início da colonização. A cidade não estava planejada para esta realidade, que foi impulsionada pelo apelo lucrativo que a empresa direcionava para a venda de suas terras, que vendendo uma imagem de passividade e de riquezas produtivas, trouxeram mais pessoas que podiam comportar.

Assim, o primeiro impacto social resultante da densidade demográfica foi a marginalização provocada pelas dificuldades de sobrevivência no espaço norte do Paraná, onde Adum cita a matéria publicada pela Folha de Londrina em 24 de setembro de 1952 sobre os problemas que a densidade demográfica resultou naquele momento, que se questionava se eram imigrantes ou mascates que aqui chegavam:

Nossa cidade foi invadida por uma onda de mascates, entrados no país como imigrantes destinados a lavoura. O fisco permite que exerçam a atividade de mascates, já que deles recebem taxas e impostos, dando-lhes respectivos alvarás. O próprio fisco auxilia tais elementos a burlarem a legislação de imigração. Vieram como lavradores e agora são mascates e o fisco endossa a burla. A quem apelar? (ADUM, 1991, p. 22 Apud FOLHA, 1952.)

O segundo impacto social é originado pelos problemas da urbanização que a cidade enfrentou, que está relacionado ao surgimento de bairros populares provocados pelo aumento do perímetro urbano, proporcionando o crescimento de outras culturas marginalizadas no espaço norte paranaense. Culturas estas que, no insucesso do plantio das terras e da falta de trabalho comercial, sobreviviam como ladrões, malandros, mendigos, curandeiros, prostituição, resumindo assim, a classe denominada como barbárie pela elite pioneira.

Por outro lado, apesar de Adum centrar sua pesquisa nos conflitos sociais existente no espaço norte paranaense, a autora evidencia brevemente os impactos ambientais ao referenciar uma descrição executada por Oswald Nixdorf em um documentário histórico datado de 1959,

sobre as devastações irreversíveis causadas pelo desmatamento nas atividades da colonização, que assim, o documento descreve:

Em menos de vinte anos 60.000 quilômetros quadrados foram completamente desbravados. Por um lado, isto significa um enorme trabalho realizado pelo braço humano que, sem contar com máquina alguma, derrubou árvore por árvore a machado; por outro lado, porém, esta destruição de matas é um crime incalculável pelo qual, decorridos mais alguns decênios, far-se-ão sentir as lamentáveis consequências. (ADUM, 1991, p.79,80 Apud BRANCO & MIONI, 1959, p.59)

Por fim, apesar de Adum não se aprofundar nos impactos ambientais ocasionados pela modernização progressista, compreendemos que todo o empreendimento realizado pelo discurso de felicidade pretendia controlar, vigiar e estabelecer por meio da imposição padrões e regras a toda esfera social do cotidiano norte paranaense.

Em suma, a crítica historiográfica abordada por Adum representou para as academias universitárias a abertura de novas espacialidades contra o tradicionalismo histórico imposto pelo regime de historicidade das décadas anteriores, onde a temática social foi evidenciada a partir do conflito de interesses políticos e econômicos das esferas públicas e privadas, em que a busca desenfreada pelo lucro do capital resultou em problemas irreversíveis para as gerações seguintes do espaço norte paranaense.

2 – A MODERNIZAÇÃO PROGRESSISTA E SUAS REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO E PODER NA OBRA “O ELDORADO: LONDRINA E O NORTE DO PARANÁ – 1930/1975” (1993) DE JOSE MIGUEL ARIAS NETO

Prosseguindo com a nossa análise sobre as dissertações de mestrado que abordam os impactos ambientais e sociais referentes a modernização progressista da região norte do Paraná, vamos analisar neste segundo capítulo, a obra de José Miguel Arias Neto “O Eldorado: Londrina e o norte do Paraná – 1930/1975”, dissertação apresentada na Universidade de São Paulo no ano de 1993 como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Social, tendo como orientadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti⁷.

Através deste segundo tópico, continuamos com a mesma estrutura de pesquisa que foi utilizada no capítulo anterior, onde buscaremos evidenciar como Arias Neto apresentou as delimitações de espaço e de temporalidade da sua região pesquisada; quais e que tipos de fontes analisou e utilizou para expor suas ideias sobre a modernização progressista da região; e quais os suportes teóricos e metodológicos foram utilizados para fundamentar suas críticas avaliativas e construtivas sobre o espaço norte paranaense, em referência central, a cidade de Londrina.

Por meio desta abordagem, é possível afirmar que Arias Neto executou uma análise sobre o discurso ideológico que a região norte paranaense disseminou em dois períodos históricos subsequentes que foram utilizados pelas elites dominantes como ferramentas de poder político e econômico, que ao mesmo tempo que privilegiavam estes grupos, silenciavam os impactos sociais e ambientais causados pela modernização progressista.

Não obstante, vamos identificar como sua dissertação contribuiu para a escrita historiográfica, onde a historicidade de sua obra corresponde à mesma temporalidade da obra de Sonia Maria Lopes Sperandio Adum. A abordagem de Arias Neto se diferencia em sua espacialidade crítico-analítica através da reflexão ideológica do discurso presente na modernização progressista da região. Apoiado no seu lugar social, o autor buscou identificar os mecanismos de sua reprodução.

⁷Maria de Lourdes Mônaco Janotti foi graduada em História pela Universidade de São Paulo (1959), obtendo seu doutorado em História também pela USP em 1970. Obteve o título de livre-docente em 1983 e de professora adjunta na mesma universidade no ano de 1987. Dentre suas atividades é parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), membro do Conselho Editorial da revista História Oral, da Associação Brasileira de História Oral. Publicou trabalhos nas áreas de Brasil - Império, Brasil - República, Historiografia Geral e Brasileira, Ensino de História.

A iniciar a nossa apresentação a partir da formação acadêmica do autor, José Miguel Arias Neto é graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), tendo sua formação entre 1981 a 1986, obtendo seu título de Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) no ano de 1993; e por fim, concluiu doutorado em História Social em 2001 também pela USP⁷.

Em seu currículo acadêmico, realizou estágio pós doutoral em Estudos Estratégicos na Universidade Federal Fluminense (2011) e no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP/USP/PUC-SP (2015). Atualmente, é professor associado de História Contemporânea no curso de História e docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História Social da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões da Universidade do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO⁸.

Não obstante, possui experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: política, representações, militares, marinha, imprensa militar, regiões e fronteiras do poder. É associado também da SEO- Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos e da Alcar - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia e desde 2014 membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; também é coordenador dos Grupos de Pesquisa: Estudos Culturais, Política e Mídia e do de História Militar⁹.

A partir destes aspectos característicos em sua formação e buscando fazer uma breve identificação sobre a sua obra, observamos que o autor analisa o discurso da modernização progressista enquanto representações da cidade e do campo; estuda os mecanismos de sua disseminação, funções e limites, os quais foram responsáveis por ocultar a presença de outros habitantes que atuaram na construção da cidade e da região, onde apenas as elites dominantes apareceram como provedoras do crescimento político e econômico da cidade de Londrina. Em destaque:

Não se trata de negar o desenvolvimento do norte do Paraná e da cidade de Londrina, mas de perceber como as representações que buscaram legitimá-lo, atropelaram determinados autores desse crescimento. A presença de homens e mulheres, os quais, atuaram na construção da cidade e da região, foi dissimulada pelo ímpeto das imagens do progresso e suas memórias foram soterradas por cronistas,

⁷ Dados coletados por meio da plataforma de currículos Lattes.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

historiadores, e cientistas sociais cujos olhares estavam ofuscados pelo brilho que emanava da Cidade de Ouro (ARIAS NETO; 1993, p. 10)

Neste contexto, o autor evidencia a presença de dois discursos ideológicos que se apresentam em dois períodos subsequentes, sendo o primeiro correspondente ao período de 1930 a 1944, e o segundo ao 1945 a 1960, que serão abordados mais detalhadamente no decorrer deste capítulo.

No entanto, em uma breve síntese temática, o primeiro período corresponde ao discurso ideológico disseminado pela colonizadora Companhia de Terras Norte do Paraná, que reproduzia a imagem de sua região colonizada como a *Terra da Promissão* e ao mesmo tempo que discursava sobre as riquezas naturais e oportunidades econômicas de crescimento, legitimava a elite da família pioneira¹⁰ no âmbito político, econômico e histórico da cidade de Londrina.

Já no segundo período, o discurso do *Eldorado* correspondia à expansão econômica do capital cafeeiro no país, quando os cafeicultores se legitimavam através de seu discurso como os pioneiros do capital econômico da região norte do Paraná. A partir do fim da segunda guerra mundial, o café expande suas vendas provendo uma lucratividade consideravelmente elevada para o país e seus cultivadores, como promoveu a força política e econômica desta nova elite que emergia, fazendo com que o discurso anterior da CTNP fosse marginalizado, abrindo uma nova disputa política, econômica e social para esta nova classe dominante.

Por meio dessa síntese, é possível dizer que Arias Neto executou sua análise por meio dos discursos ideológicos que a modernização progressista disseminou na região, onde sua importância corresponde a compreensão de como as elites dominantes e o poder do estado silenciaram os conflitos sociais e impactos ambientais decorrentes destas ações, que a partir do entendimento dos diferentes mecanismos de disseminação, identificamos como os prejuízos da modernização progressista foram impactantes para as questões sociais e ambientais.

Em adicional, o autor afirma que a sua motivação para pesquisa foi a de questionar a autenticidade e continuidade dos diversos discursos ideológicos de identidade e história local disseminados por álbuns comemorativos e folhetos de propaganda da cidade de Londrina. O otimismo, a confiança no futuro e a convicção de uma terra sem limites de prosperidade

¹⁰ O termo família pioneira corresponde a noção conceitual aplicada por Nelson Dácio Tomazi detalhada no rodapé da página 19.

e riquezas abordadas pacificamente em outras dissertações de mestrado e teses de doutorado impulsionaram Arias Neto na desconstrução destes mecanismos de legitimação histórica nas academias e nas representações ambientais e sociais da região norte do Paraná.

Nesta perspectiva, com o intuito de analisar essa problemática em sua dissertação, o autor estruturou sua pesquisa em quatro partes. Na primeira, busca analisar as representações do empreendimento inglês, abordando as estratégias e discursos que a CTNP propagou entre os anos de 1930 a 1944. Em seguida, Arias Neto expõe o surgimento de uma nova construção de representação da cidade de Londrina, que foram disseminadas entre 1945 e 1960.

Por conseguinte, o autor problematiza as consequências da exploração ideológica em que a partir das dificuldades demográficas, urbanísticas, industriais e ambientais resultantes da modernização progressista, o nome *Eldorado* perde o seu valor conceitual na região. Por fim, ele analisa a legitimação histórica da tradição cafeeira na cidade e o fracasso do café em sua política de interesses nas esferas políticas, econômicas e sociais.

Todavia, esta análise investigativa permite não apenas a compreensão de como o discurso da modernização progressista exerceu a sua legitimação, mas também permite identificarmos como os mecanismos de representação e poder prejudicaram a visão do futuro da região frente ao revés social e ambiental. Estes foram provenientes da densidade demográfica acima do esperado, da urbanização que cresceu acima do planejado, e dos instrumentos de devastação correspondentes à industrialização e implantação das ferrovias, que foram impactos determinantes a extinção da mata existente.

Com isto, para compreendermos com qual historiografia Arias Neto dialoga em sua dissertação, vamos abordar primeiramente quais fontes e referências metodológicas são utilizadas como fundamentação da sua pesquisa, permitindo esclarecer a construção do discurso em sua totalidade e seus resultados finais.

– Fontes e metodologias utilizadas pelo autor

Dentre o vasto material documental utilizado por Arias Neto em sua análise sobre o discurso ideológico da modernização progressista presente nos dois períodos subsequentes (1930 a 1944; 1945 a 1969), destacamos primeiramente as fontes manuscritas e impressas referentes a álbuns comemorativos disseminados pela CTNP e seus folhetins informativos, os quais, serviram de base referencial para identificar a imagem que deveria ser representada no primeiro período.

Em destaque, a publicação comemorativa intitulada “O Norte do Paraná”, de 1941, e a “Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná”, de 1977, este sendo o álbum comemorativo do cinquentenário da CTNP. Ambas as fontes possibilitaram ao autor a compreensão do discurso disseminado como a *Terra da Promissão*, que promovia o sucesso do empreendimento colonizador das terras, que trouxe o progresso representado pela riqueza, tecnologia e ciência em suas atividades cotidianas.

Já no segundo período, Arias Neto identifica o surgimento de um novo discurso presente no álbum comemorativo intitulado “Norte do Paraná: Terra Abençoada”, publicada por Aristeu de Oliveira. O documento possui 169 páginas com diversas sessões separadas por propagandas dos seus patrocinadores. No entanto, a representação da região norte do Paraná recebe um novo destaque, sendo intitulada como as terras do *Eldorado*. O discurso correspondia à expansão econômica do capital cafeeiro no país, em que os cafeicultores se legitimavam através de sua representação como os pioneiros do capital econômico da região norte do Paraná.

Por conseguinte, documentos oficiais, periódicos de jornais, depoimentos orais e o auxílio de produções acadêmicas como dissertações de mestrado e teses de doutorado fazem parte do escopo de materiais documentais e bibliográficos utilizados por Arias Neto. Sua análise crítica sobre a construção de uma memória coletiva da região norte paranaense é fundamentada por estas fontes, que como um quebra-cabeças remontam à história que não deveria ser disseminada em virtude da ocultação do outro.

Por fim, como suporte metodológico para a análise dos discursos ideológicos, dentre os vários listados em sua bibliografia, lembramos aquele referente às noções conceituais de Walter Benjamin e Marilena Chauí que o autor utilizou para evidenciar os mecanismos de exclusão que os discursos executam em sua disseminação política e social, consequentemente possibilitando identificarmos as funções e objetivos que sua reprodução no cotidiano exercem nas massas. Ao mesmo tempo que se cria uma tradição e uma noção conceitual de identidade sobre uma determinada região, ela oculta e silencia a presença dos impactos sociais e ambientais em torno dos conflitos e problemas gerados pela modernização progressista.

– Historiografia com a qual o autor dialoga

Ao analisarmos a dissertação de José Miguel Arias Neto através dos processos metodológicos de François Hartog (1996) e Michel de Certeau (1982), identificamos que o

ambiente de produção na qual a obra foi elaborada está relacionado às fases de rupturas e remodelações que a historiografia passou dentro das academias universitárias entre os anos de 1980 a 1990. Eles também correspondem a mesma historicidade vivenciada por Sonia Maria Lopes Sperandio Adum, onde naquele período, uma demanda crítica à autenticidade e continuidade de antigas abordagens elaboradas pela historiografia produzida nas décadas de 1950 e 1960 se coloca em um ritmo consideravelmente elevado na escrita das academias universitárias com o objetivo de questionar os argumentos e discursos referentes as construções de identidades regionais.

No entanto, apesar de Arias Neto e Adum vivenciarem a mesma historicidade, vamos identificar que a historiografia com a qual dialogam diferem-se nas respectivas abordagens temáticas que cada autor desenvolve em sua pesquisa.

Por meio desta inovação analítica de abordagens vivenciadas pelas academias deste período junto à formação acadêmica de Arias Neto entre 1981 a 1986, as transformações internas do campo historiográfico influenciaram-no na formulação de uma abordagem que buscou questionar os diferentes discursos de identidade que a região sofreu pelas representações criadas pelas elites pioneiras e cafeeiras entre as décadas de 1930 a 1970, as quais, objetivaram se legitimar nas esferas políticas e sociais utilizando o discurso como representação de poder e ocultação de outros personagens e dos prejuízos que a modernização progressista ocasionou.

Esta realidade se torna mais clara ao olhar metodológico quando comparamos o elemento que Arias Neto trouxe à historiografia local. Ao mesmo tempo, Adum expôs os conflitos sociais violentos que se passavam no cotidiano entre as elites e os marginalizados, ele evidenciou a ferramenta ideológica que as elites utilizaram como mecanismos de dominação político e social.

Por conseguinte, a ligação que os dois autores fazem com os campos do saber relacionados à história do espaço norte paranaense se classificam como uma ruptura à versão historiográfica tradicional que a região adquiriu até a década de 1980. A partir da adoção de novas linhas de pesquisa, foi possível desvincular a historiografia das décadas de 1980 a 1990 da continuação dos discursos de identidade, questionando-os com novo campos de pesquisas críticas e construtivas.

Todavia, a história neste período, impulsionado pela análise crítica, se descreve não apenas em uma oposição contínua ao regime tradicionalista aplicado anteriormente na historiografia, mas também a ser escrita em uma diversidade temática, ou seja, a história local em suas esferas políticas, econômicas, sociais, culturais, ideológicas e antropológicas passam a ser revisadas e questionadas em suas autenticidades e reflexões.

Com este novo regime de historicidade, o lugar social que cada autor vivenciou em sua vida acadêmica e sua região cotidiana influenciou diretamente na formulação de suas pesquisas temáticas. Em evidência a esta realidade, por meio de uma breve comparação, vimos no capítulo anterior que o cotidiano vivenciado pela infância de Adum frente aos conflitos sociais que a autora testemunhou foram os motivos que a influenciaram a escolher a temática da questão social em sua dissertação. Já ao avaliarmos o lugar social de Neto, identificamos que sua escolha a uma análise crítica aos discursos ideológicos da modernização progressista foi influenciada através de sua motivação pessoal, em que o autor afirma que o silêncio historiográfico do seu período de formação acadêmica e a isenção crítica das academias impulsionaram sua análise para a escolha da temática ideológica de sua dissertação.

A partir disto, o lugar social que cada autor vivenciou foi determinante em suas pesquisas, onde suas críticas foram responsáveis por desconstruir o discurso empregado pelas elites pioneiras e cafeeiras. Deste modo, através da exposição dos conflitos sociais existentes e da identificação dos discursos tradicionais como ferramentas de poder e legitimação política e social, abrem-se novas abordagens apoiadas pela interdisciplinaridade acadêmica que passaria para as décadas futuras das academias como a criação de novas temáticas críticas sobre a região norte paranaense.

– Impactos Sociais e Ambientais presentes na obra

Para que possamos identificar os impactos sociais e ambientais presentes na obra, vamos analisar primeiramente, assim como estruturamos no capítulo anterior, os aspectos de delimitações de espaço e temporalidade, possibilitando compreender como Neto contextualiza a sua pesquisa por meio da cidade de Londrina como lugar selecionado pelo autor, abordando os motivos que o levaram a esta escolha; e o que a região representava para a temporalidade histórico-nacional de seu tempo; e como o autor a conceitua em sua análise crítica.

A partir destas delimitações espaciais e temporais, vamos compreender como Neto define as políticas de devastação social e ambiental a partir de quatro elementos metodológicos referenciados por Warren Dean, dos quais, o crescimento demográfico; urbanização; industrialização; e a implantação de ferrovias estão selecionados como argumentos determinantes que classificam a dimensão dos prejuízos da modernização progressista.

A começar, a região norte paranaense é dividida por Neto em dois períodos subsequentes. O primeiro de 1930 a 1944 é representado ideologicamente como a *Terra da Promissão*” onde a elite pioneira obtém o monopólio político, econômico e social do espaço, legitimando o seu poder através da disseminação de uma memória coletiva que exalta a riqueza de suas terras colonizadas em prol da lucratividade que viria a receber com a venda das mesmas.

Para compreender como foi este processo, Neto identifica que os objetivos da CTNP consistiam em exprimir um movimento social que incorporasse novas regiões através da economia de mercado, que a partir da instalação de empresas imobiliárias, ferrovias, redes comerciais e bancárias, o loteamento de terras proporcionaria a rotatividade comercial nestas regiões, em que a compra e venda de mercadorias teriam os transportes e os mecanismos de sua sustentabilidade.

Deste modo, a repartição de terras em pequenos lotes foi o passo inicial da empresa colonizadora para adquirir uma lucratividade maior ao seu processo de vendas:

Caso a CTNP resolvesse vender as terras a lavradores pequenos, propriedades de mais ou menos 10 alqueires, iriam se criar povoados e cidades vizinhas cujas populações teriam necessidade de transportar cargas na estrada de ferro de São Paulo para o Paraná em maior volume, tanto em fretes como em passageiros. (ARIAS NETO, 1993, p. 16 Apud BRANCO & ANASTÁCIO, 1969, p.1)

O autor destaca que as representações ideológicas são os principais mecanismos que a CTNP utilizou para a construção de sua legitimidade, onde os relatos e crônicas produzidos disseminam as riquezas naturais e científicas que o progresso traria à terra da promessa. Desta forma, os mecanismos de representação do discurso ideológico da modernização progressista estruturavam-se da seguinte maneira:

O próprio documento da CTNP evidencia, no entanto, as diferenças com o passado e estabelece uma hierarquia de vantagens: títulos de domínio seguros, fertilidade e salubridade, estrada de ferro e boas estradas de rodagem, água de pureza invulgar. Sabiam os vendedores que, em um contexto da vida nacional povoado de conflitos sobre

questões de domínio, inclusive no Paraná, a garantia de títulos seguros era um grande atrativo para possíveis compradores. A estrada de ferro e as estradas de rodagem propiciaram o necessário escoamento da produção, garantindo a realização dos lucros privados. [...] os atributos da terra: a exuberância, a fertilidade, a facilidade do transporte, a pureza de suas águas são características do norte do Paraná. (ARIAS NETO, 1993, p. 18)

Com esta estrutura ideológica, o campo e cidade são unidos na perspectiva do crescimento futuro, em que o campo é tido como local de trabalho e produção de riquezas, e a cidade é delimitada como sede jurídica e administrativa, que planejada urbanisticamente, proporciona a comodidade pacífica do lazer em seu cotidiano. Nesta perspectiva, a construção da memória coletiva no primeiro período de 1930 a 1945 por meio do discurso ideológico da *terra da promessa* transforma a elite pioneira como principal provedora da modernização progressista da região, garantindo a ordem e a manutenção do espaço através das esferas políticas, econômicas e sociais.

Já no segundo período de 1945 a 1969, uma nova elite dominante surge em meio aos processos históricos decorrentes no espaço norte paranaense. Dessa vez, a elite cafeeira passa a ser vista como personagem principal da modernização progressista da região, agora representada pelo discurso do *Eldorado*. Dentre os processos históricos que determinaram esta mudança, o primeiro foi o afastamento de Willie da Fonseca Brabazon Davis¹¹ da prefeitura de Londrina em 1940 por motivos de saúde. Com a prefeitura sendo administrada por um novo representante, foi acusada por meio de processos criminais em torno da acumulação de impostos não investidos das estradas de rodagem do período. Em seguida, o enfraquecimento do empreendimento da colonizadora sofre uma nova quebra a partir da perda da estrada de ferro que passa a ser dirigida por representantes de Santa Catarina.

Ainda em 1945, com o fim da 2ª guerra mundial, o café sofre uma expansão de suas vendas a nível nacional e internacional. A partir deste feito, a cidade de Londrina e o espaço norte paranaense passa a ser reconhecido como a capital do café, em que a elite pioneira legitima o seu monopólio político, econômico e social por meio da representação ideológica de suas terras como *Eldorado*.

No entanto, para que a elite cafeeira adquirisse tal monopólio político na cidade, o discurso da *terra da promessa* que exaltava a CTNP foi substituído pela criação de um novo. Através do álbum comemorativo de 1949, cria-se um mito fundador que aproxima os

¹¹ Willie da Fonseca Brabazon Davis na diretoria da CTNP, foi eleito prefeito de Londrina exercendo suas atividades administrativas em 1935 a 1940.

primeiros colonizadores da região, ainda no séc. XVI, os fazendeiros cafeicultores, que nos processos de derrubada das matas para a colonização e produção das terras, eles seriam os geradores das riquezas naturais e do capital econômico da região. Segundo esse mito:

Quando nenhum núcleo da população branca ou por brancos dirigida existia ainda em nenhum outro ponto do território hoje paranaense, [...] já os missionários da Companhia de Jesus mantinham em franco enlace de ordem e de progresso, [...] treze povoações índio-cristãs, com uma população de mais de 10.000 habitantes. Sucederam-se às bandeiras pacíficas seiscentistas dos jesuítas as bandeiras paulistas [...] que arrasando as reduções, desbravando sertões conquistando e preando índios, firmaram o domínio brasileiro nesse território. (ARIAS NETO, 1993, p. 73 Apud OLIVEIRA, 1949, p.4)

A partir da criação do mito de origem desbravadora do espaço norte paranaense, a administração pública passaria a ser produto de legitimação ideológica que deveria contrapor a administração do período anterior da CTNP, promovendo a modernização progressista aos moldes da elite cafeeira:

Há muito tempo que a administração da primeira cidade do norte do Paraná reclamava uma emenda nos seus moldes arcaicos [...] haviam-se apagado todas as esperanças de uma regeneração material da cidade que de tão abandonada já se refletia no ânimo dos seus habitantes, perdidos os estímulos do bom gosto, todos absorvidos na luta pela vida, sem preocupações de conforto, sem estética, sem costumes de elegância. Foi quando, assumiu os destinos do Município o Sr. Hugo Cabral, homem probo e trabalhador, a cuja gestão tocaria [...] operar a grande transformação por que estão passando o interior do Município e a cidade de Londrina, sendo acertado dizer que os londrinenses estão mudando de cidade, sem se mudar de território. (NETO, 1993, p. 74 Apud OLIVEIRA, 1949, p.5)

Com o aproveitamento econômico, de 1947 a 1968 o município passa a ser controlado na política pelos interesses destinados aos cafeicultores, a qual, elegiam os prefeitos da cidade através do partido representado pela UDN (União Democrática Nacional), em que de 1947 a 1968, a hegemonia política se fez presente aos seus interesses com apenas um mandato sendo de fora da elite por um representante do PSD (Partido Social Democrático).

Com isto, a escolha da região norte paranaense foi selecionada por Neto para compreendermos como a modernização progressista foi estabelecida pelas duas elites dominantes de seus respectivos períodos, as quais, ao contrário do discurso ideológico empregado na época de que o progresso favorecia economicamente a todos, apenas as elites dominantes é que obtinham o monopólio político econômico do espaço.

Desta forma, a temporalidade geral escolhida pelo autor, de 1930 a 1975, evidencia tanto os mecanismos de representação que os discursos da modernização progressista executavam e legitimavam a cada período, quanto o seu respectivo fim a partir de 1969, onde o fracasso da economia do café ocasionado pelas ofensivas geadas de 1953 e 1955 desestabilizou a economia de exportação e de toda a elite cafeeira.

Neste processo, não apenas a geada foi o fator que desestruturou a plantação do café, mas também a falta de infraestrutura elétrica da região norte do Paraná. Sua ausência afastou o apoio de indústrias especializadas na manutenção da produção cafeeira, o governo do Estado era o principal culpado, na visão da elite dominante, pela falta de atenção política e econômica a maior região exportadora de café do país a qual, as atenções do governo do Estado naquele período estavam centradas na economia de São Paulo e Mina Gerais segundo Arias Neto.

Em resultado, a densidade demográfica aparece como o primeiro impacto social ocasionado pela modernização progressista. No entanto, a economia, estando em queda naquele período, motiva a administração a ser alvo de ataques da população devido ao crescimento demográfico presente no meio urbano que acabava por tomar conta da região finalmente, a imagem do *Eldorado* se rompe, quando a cidade é comparada como uma outra qualquer, sendo povoada por tipos populares, homens de rua e ambulantes.

Em seguida, a urbanização sofre as consequências a partir do surgimento de uma nova população, alimentando os conflitos sociais na cidade, pois a crise da economia rural a partir de 1953 faz com que a migração para o espaço urbano aumente, elevando o número de desempregados e, conseqüentemente, promovendo novos problemas em torno da administração pública.

Por conseguinte, a industrialização que se instaurou em 1948 trazendo em torno de 478 empresas em ramos de serrarias, máquinas de beneficiamento de arroz, milho, algodão, café, marcenarias, carpintarias, cerâmicas e selarias, e etc. foram exaltadas como resultado da modernização progressista praticada, que em contrapartida, foi responsável juntamente à instalação das ferrovias pela devastação ambiental do espaço norte paranaense por meio da derrubada das matas, extração de madeiras, e dentre outras diversas matérias primas e naturais que se extinguíam a níveis exorbitantes.

Em consequência, segundo Arias Neto, os prejuízos da modernização progressista que as elites dominantes ocultaram com a disseminação de seus discursos de legitimação na *terra da promessa* e no *Eldorado*, cegaram a administração pública e social para o futuro das terras após o término do ciclo do capital.

Em suma, Arias Neto conceitua a região norte paranaense como uma terra de várias faces, as quais, a modernização progressista promovida pelos discursos de legitimação das elites dos dois períodos (1930 a 1944 e 1945 a 1969) privilegiaram seus respectivos representantes nas esferas políticas, econômicas e sociais, onde os impactos sociais e ambientais causados pela derrubada das matas em virtude da terra da promessa e do Eldorado foram silenciados pela construção da memória coletiva aplicada no espaço norte paranaense. Entretanto, o autor afirma que não teve o objetivo de negar o progresso da região, mas questionar os discursos tradicionalistas presentes no espaço e seus mecanismos de representação evidenciando os prejuízos causados pela ação econômica.

3 - DIVERSIDADE SOCIAL E AMBIENTAL EXTINTAS PELA REPRESENTAÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA DE UMA TERRA VIRGEM PRESENTES NA OBRA “CRÔNICAS DE FRONTEIRA: IMAGEM E IMAGINÁRIO DE UMA TERRA CONQUISTADA (2000) ” DE ROGÉRIO IVANO

Por meio desta terceira e última etapa de nossa análise sobre como a historiografia paranaense vem descrevendo os impactos sociais e ambientais decorrentes da modernização progressista da região norte paranaense, a obra selecionada para esta reta final é a de Rogério Ivano “*Crônicas de Fronteira: Imagem e Imaginário de uma Terra Conquistada*”, sua dissertação concluída na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Assis, São Paulo, no ano 2000, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História, sendo orientado por Antônio Celso Ferreira¹¹.

Assim como nos capítulos anteriores, a estrutura de pesquisa se mantém direcionada a identificar como Ivano exerceu as delimitações de espaço e de temporalidade da sua região pesquisada, prosseguindo sobre quais e que tipos de fontes ele descreveu e utilizou para expor a diversidade social e ambiental que existia na região antes de sua ocultação da memória coletiva; por fim, analisamos quais os suportes teóricos e metodológicos utilizados para fundamentar os prejuízos causados pela devastação social e ambiental ocasionadas pelos impulsos da modernização progressista.

Iniciando a nossa apresentação a partir do autor, Ivano é graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), tendo sua formação entre 1990 a 1993; obteve seu título de grau de mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Assis, São Paulo em 2000; adquiriu por fim, seu doutorado em História Social em 2005 também pela UNESP/ASSIS. Em seu currículo, possui experiência em História, com ênfase em Teoria da História, atuando suas pesquisas nas temáticas sobre a historiografia, teoria, memória e cultura¹².

Após acompanharmos os aspectos característicos em sua formação e buscando

¹¹ Antônio Celso Ferreira possui graduação em História pela Universidade de Brasília (1973), mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em História Social pela mesma instituição (1993). Em seu currículo, possui experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império e República, abordando as temáticas referentes a história e literatura, historiografia e história de São Paulo, literatura paulista, modernismo em São Paulo, história cultural, teoria e narrativa da história, ciências humanas e tecnociências, universidade e sociedade.

¹² Dados coletados por meio da plataforma de currículo Lattes.

fazer uma breve síntese sobre a temática de sua obra, em sua pesquisa o autor busca evidenciar a existência de variados grupos sociais que viviam e trabalhavam nas terras da região norte paranaense antes da chegada da CTNP. O discurso de uma *terra virgem* nomeada e disseminada pela empresa colonizadora é questionado e criticado por Ivano, que a partir de sua fonte documental, expõe os objetivos deste discurso e os conflitos e devastações que tentasse esconder nos processos da modernização progressista da região.

Deste modo, os prejuízos sociais e ambientais da região norte paranaense são expostos quando comparamos as transformações que o espaço sofreu em sua escala temporal, que antes do empreendimento colonizador inglês, foi caracterizada como representação de uma herança colonial, que acompanhada por uma vasta vegetação ambiental e diversidade de vida animal, conviviam com a existência de índios, sertanejos, fazendeiros e caboclos. Em destaque:

A fertilidade dessa terra era comprovada pela presença de gigantescas e imemoriais figueiras-brancas. Árvores de porte monstruoso, era costume os colonos posarem junto a elas na hora do retrato. Talvez não imaginassem, mas era uma das poucas lembranças que seria conservada dessas criaturas vegetais. Por ironia, ela tinha pouco ou nenhum valor comercial. Como quase todo o resto da selva, foi consumida pelas chamas das queimadas. Em 40 anos, milhares de alqueires de mata nativa foram transformados em cafezais, pastos e campos de cereais. Financiou riquezas locais, nacionais e internacionais a preço ainda incalculado. Naquele cenário de guerra, onde o fogo era o maior aliado da civilização e do progresso, a cidade de tábuas era rapidamente substituída pela de tijolos, que também logo sucumbiam a urbe de concreto armado. (IVANO, 2000 p. 5)

Como pressuposto adicional a sua obra, Ivano afirma que a motivação para sua pesquisa consistia em não apenas questionar o discurso da *terra virgem* como mecanismo de legitimação da CTNP em busca da modernização progressista da região, mas também evidenciar a presença de vida humana, animal e ambiental existentes no período anterior à colonização, as quais, foram transformadas pelos processos de povoamento demográfico, urbanização, industrialização e instalação das estradas de ferro. O revés social e ambiental é destacado em sua espacialidade crítica.

A partir disto, com o intuito de analisar essa temática em sua dissertação, Ivano estruturou sua pesquisa em três etapas: no primeiro capítulo, busca destacar a diversidade social e ambiental que havia nos sertões da região norte do Paraná, questionando em sua análise, os motivos e interesses nas esferas políticas e econômicas que o Estado e a nação tinham no empreendimento da modernização progressista, evidenciando até este ponto, a

existência da presença humana e vegetal, que se contrapõem diretamente ao discurso da *terra virgem*.

No segundo capítulo, o autor identifica os conflitos de interesses que a modernização progressista causou na região, como a autenticidade dos títulos da terra em posse de grileiros e fazendeiros, a aquisição de terras pela CTNP que viria a realizar as primeiras etapas de modernização a partir da escolha, repartição das terras e comercialização em pequenos lotes. Não obstante, a existência de outras empresas colonizadoras é evidenciada por Ivano, que junto aos fazendeiros que habitavam a região no período anterior aos empreendimentos da CTNP, executavam a extração de matérias primas para realizar suas atividades econômicas promovendo a devastação ambiental que já estava em trabalho pelos mesmos.

No terceiro capítulo, a legitimação de uma nova representação histórica da região por meio do povoamento estrangeiro, urbanização, industrialização e instalação das estradas de ferro é abordado por Ivano como uma construção de uma memória coletiva, que ao mesmo tempo que oculta os lucros exorbitantes obtidos em seu empreendimento, apresenta a CTNP como provedora do progresso da região, onde a devastação ambiental e a substituição ideológica de uma classe social pertencente à família pioneira se estabelece como fundadora de uma terra desabitada.

Desta forma, para compreendermos com qual historiografia o autor dialoga em sua dissertação, vamos abordar primeiramente quais fontes e referências metodológicas são utilizadas como fundamentação da sua pesquisa, permitindo esclarecer os impactos sociais e ambientais que a modernização progressista ocasionou por meio de seus processos de transformação ideológica e geográfica do espaço.

– Fontes e metodologias utilizados pelo autor

De modo a apresentar as diversas fontes documentais utilizadas por Ivano, destacamos primeiramente a utilização de fontes orais da “Coleção Pioneiros” arquivada no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Núcleo de História Oral que serviu de base para compreender a ideologia da *terra virgem* promovida pela CTNP em suas fases de colonização da região. Em seguida, junto a este material, periódicos de jornais, livros, álbuns comemorativos e similares da prefeitura de Londrina e da CTNP complementaram a pesquisa documental para evidenciar os mecanismos de representação e ocupação do espaço norte paranaense.

Por conseguinte, a utilização de bibliografias que compõem dissertações de mestrado e teses de doutorado referentes à temática da modernização progressista da cidade de Londrina e de suas respectivas atribuições ideológicas serviram de apoio à organização de sua pesquisa para identificar os processos de conflitos sociais e prejuízos ambientais existentes a partir da colonização executada pela CTNP.

Por fim, destacando como uma das principais fontes documentais utilizadas por Ivano, identificamos as fontes fotográficas da “Coleção José Juliani” e do Museu Padre Carlos Weiss do “Acervo Fotográfico”, as quais são responsáveis por registrar e evidenciar a situação de vida cotidiana presente no sertão norte paranaense antes da colonização modernizadora. Desta forma, os personagens sociais como índios, fazendeiros, sertanejos e caboclos ganharam sua autenticidade histórica de maneira incontestável, em que a memória coletiva e ideológica de uma *terra virgem* é desconstruída pela exposição fotográfica dos variados personagens sociais e ambientais daquele tempo e espaço.

Em sua importância:

A câmara começou a duplicar o mundo no momento em que a paisagem humana passou a experimentar um ritmo de transformação vertiginoso: enquanto um número incontável de manifestações da vida biológica e social está sendo destruído em breve espaço de tempo, surge um invento capaz de registrar o que está desaparecendo. (SONTAG, 1981, p.15 Apud IVANO, 2000, p.6.)

Não obstante, apesar do registro fotográfico ser considerado pelo ambiente acadêmico como mais um dos objetos de registro cujo armazenamento guarda apenas a imagem que seu autor pretende discursar ou representar em seu material de pesquisa, as imagens registradas por José Juliani são evidências puras da existência abundante de vida ecológica na região.

Desta forma, apesar do discurso ideológico ou representativo, a imagem evidencia a presença tanto do cotidiano humano daquele período quanto dos processos de devastação ambiental ocorridos no decorrer de seus registros temporais, fazendo com que esta fonte documental, fundamente as argumentações de Ivano em sua pesquisa sobre os impactos sociais e ambientais causados pela modernização progressista.

- Historiografia com a qual o autor dialoga

Em análise dos processos metodológicos de François Hartog (1996) e Michel de Certeau (1982), a obra de Ivano está relacionada com o regime historiográfico pertencente as décadas de 1990 e 2000, onde a interdisciplinaridade entre a antropologia, biologia, ecologia e

sociologia adquire novas relações, remetentes a crítica à historiografia tradicionalista aplicada tanto nas academias dos anos 1950/1960 quanto no imaginário ideológico disseminado na região norte do Paraná em sua história local, qual seja, o discurso de uma *terra virgem*.

Deste modo, as transformações internas do campo historiográfico do período de produção de sua obra junto a sua formação de graduação entre 1990 a 1993, influenciaram o autor na exposição de três fatores determinantes da história local. O primeiro fator, consiste na exposição do plano de governo executados entre 1910 a 1930, que foi influenciado pela modernização urbana e econômica dos países europeus. Nele, na visão dos governantes, a nação brasileira era de uma terra composta por uma herança colonial e de atraso cultural, onde a vasta vegetação deveria ser derrubada para a construção de centros urbanos, comerciais e industriais, que em aproveitamento das riquezas naturais, serviriam de fator econômico na exportação de suas matérias primas para o desenvolvimento de uma nação moderna.

O segundo fator, ainda correspondente ao plano de modernização da nação, diz que a questão social deveria ser remodelada aos moldes europeus, em que a população existente nas vastas regiões denominadas como “desabitadas” pelo governo do Estado, compostas por índios, sertanejos, caboclos e fazendeiros, deveria ser substituída e “branqueada” pelas imigrações europeias, fazendo com que os atrasos culturais da sociedade existente dessem lugar a uma sociedade moderna de boa representação cultural.

Por conseguinte, no terceiro fator, a exposição dos prejuízos sociais e ambientais causados pela política da modernização progressista da região são evidenciados pela devastação vegetal, animal e social dos que aqui viviam, a partir da ideologia da terra virgem e dos conflitos sociais provocados pela força do poder político.

Assim, o diálogo que o autor estabelece com os campos do saber trazem uma nova abordagem não apenas pela interdisciplinaridade aplicada em sua pesquisa, mas também por identificar e expor o cenário de vida existente no espaço norte paranaense antes da chegada da CTNP. Isto é uma preocupação que cresce a partir dos anos 1990, quando a historiografia passa a analisar a autenticidade dos discursos de representação do período pós colonização da CTNP e suas problemáticas sociais e econômicas. No seu tempo, Ivano opta por reviver o passado das terras em crítica ao discurso empregado de uma terra desabitada.

Com isto, a história deste período representada por uma nova remodelação do regime historiográfico se escreve não como uma inovação de ruptura ao período anterior de 1980 a 1990, mas sim, como um desenvolvimento processual de sua espacialidade crítica.

Em evidência, impulsionada pelos diversos meios ideológicos de se analisar criticamente os discursos tradicionalistas, a historiografia apoiou-se em novas temáticas que vinham a expor os reais prejuízos, pois além dos fatores econômicos e sociais, o fator ambiental é posto como preocupação agravante do futuro das terras norte paranaenses.

No entanto, o lugar social vivenciado por Ivano desde a sua graduação frente às remodelações de pesquisas que o ambiente historiográfico passava naquele período foram fatores que influenciaram a seleção da temática de sua pesquisa. Nos cursos de história daquele período, as universidades estavam impulsionadas em promover a desconstrução dos discursos ideológicos tradicionais, indo contra as demandas de poder da época. Nessa historiografia, também há a busca de novas relações disciplinares, que não apenas se centrassem no aspecto econômico, mas também nas esferas sociais e ambientais, que ampliariam as problemáticas causadas pelos discursos de legitimação territoriais.

Em resultado a estes novos espaços do saber, o enriquecimento interdisciplinar devido à incorporação de novas questões temáticas foi o que representou o desenvolvimento da historiografia das décadas de 1990 e 2000 que, a partir do lugar social de seus autores, a crítica aos discursos de identidade e representação ideológica obteve o sucesso de evidenciar as variadas noções conceituais dos impactos sociais e ambientais presentes no espaço em questão.

– Impactos Sociais e Ambientais presentes na obra

Para identificarmos o estudo dos impactos sociais e ambientais presente na dissertação de Ivano, assim como nos capítulos anteriores vamos analisar primeiramente os aspectos de delimitações de espaço e temporalidade, buscando compreender como contextualizou a sua pesquisa por meio da cidade de Londrina como região selecionada, abordando os motivos que o levaram a esta escolha; o que ela representava para a historiografia daquele momento e como o autor a conceitua em sua análise crítica.

A partir destas delimitações compreendemos que Ivano define as políticas de devastação social e ambiental a partir de quatro elementos metodológicos referenciados por Warren Dean; o crescimento demográfico; urbanização; industrialização; e a implantação de

ferrovias estão selecionados como argumentos determinantes que classificam a dimensão dos prejuízos da modernização progressista.

A começar, a região norte paranaense é vista pelo autor como um cenário de disputas de representações sociais em meio à modernização progressista da região, que impulsionadas pelos planos de governo que sustentavam a ideia de substituir a imagem das heranças coloniais e seus atrasos culturais, promoviam o surgimento de novas representações ideológicas:

Muitas são as vozes e as personagens que compõe estas histórias de fronteira, apesar de uma não implicar na existência da outra, parcial que a história é. Letrados e Bárbaros, civilizados e leigos, religiosos e infiéis, autoridades políticas e vigaristas, cidadãos e brasileiros, nobres e decaídos, proprietários e assalariados, fazendeiros e colonos, entre inúmeros outros, são vozes que se conservam em livros, revistas, jornais e fitas magnéticas; em arquivos memórias e diálogos. Cada uma delas merece um tratamento específico, dado que há especificidade na voz de historiadores, literatos, religiosos, jornalistas, cientistas, sertanistas, militares, autoridades sanitárias, técnicos agrícolas, advogados, colonizadores, banqueiros, príncipes, colonos, imigrantes, comerciantes, industriais, chefes de Estado... Contudo, não é a voz que compromete o andamento da história, mas sim a imagem. (IVANO, 2000, p. 5)

Nisto, a temporalidade escolhida pelo autor está relacionada com o programa de modernização progressista na qual a nação brasileira transitava neste período de 1910 a 1944. Intelectuais e governantes disseminavam determinados discursos de representação ideológica no país com o objetivo de substituir a imagem de uma nação, vista como atraso colonial e cultural devido aos modos de vida da população que habitava as matas e fazendas, pela visão da urbanização e do branqueamento populacional, que remetia a uma imagem conceitual do homem moderno, aos moldes das nações europeias.

Ou seja, para o Brasil ser reconhecido como uma nação moderna e progressista, as florestas deviam ser substituídas pelo ambiente urbano, em que casas comerciais, residenciais, e industriais viriam a promover a circulação do capital, que também representaria a imagem do homem moderno a partir de seus costumes sociais e culturais oriundos do continente europeu. Deste modo, o programa da modernização progressista que teria início, apoiado pela representação ideológica de intelectuais e governantes, viria a promover a devastação social e ambiental na região norte do Paraná, primeiro nomeando as terras como virgens e inabitadas.

Todavia, Ivano conceitua a região norte paranaense não apenas como um conflito de fronteiras sociais, entre a presença cultural existente no espaço contra os interesses políticos

do povoamento modernista, mas também, como um cenário de destruição ambiental. A herança colonial vista como um atraso, estava sendo substituída pela imagem do capital econômico, que através dos centros urbanos e industriais, viriam a consumir toda a ambientação vegetal, que um dia foram representadas como riqueza nos diversos folhetos de propagandas executadas pela CTNP.

A partir da temporalidade e da noção conceitual de Ivano sobre o espaço norte paranaense, identificamos que a densidade demográfica em sua política de povoamento da região é apontada pelo autor como processo inicial da modernização progressista dos chamados espaços vazios do capital. A situação ativa deste processo se desenvolvia da seguinte maneira:

[...] introduzir o país no “concerto das nações” significava ajoelhar-se à autoridade dos discursos técnicos, apresentados como os mais qualificados para promoverem a ascensão vitoriosa ao progresso e à modernização. Nacionalidade, tanto quanto um dilema cultural, era um problema que confrontava-se com os recursos disponíveis para a formação de um novo país, republicano, moderno, e moralmente capaz. Problemas que resultavam de um movimento parcial, violento e autoritário, desejoso de transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica. (IVANO, 2000, p.32)

Em continuidade a este processo, a urbanização em suas fases iniciais de construção era representada como medidas de progresso construtivo em suas ideologias, que apoiadas pelo governo do Estado, ocultavam os violentos conflitos entre os colonizadores e a população local que habitavam os sertões do espaço norte paranaense:

No recuo da fronteira, isto é, na expansão da sociedade nacional durante a Primeira República, as nações indígenas eram pouco mais que empecilho, em nada alterando o vazio convidativo à conquista. Os colonizadores que devassavam os sertões as enfrentavam como se fossem resquícios da selvageria e da barbárie, ação intrínseca ao desbravamento. Deste ponto em diante, a situação dos Kaingang, tanto no Paraná como em São Paulo, passava a se assemelhar. Nesse último Estado, as frentes colonizadoras, a expansão da cultura cafeeira e as estradas de ferro avançavam sertão adentro, rumo ao oeste, restando para os índios a violência, a despopulação, e o confinamento. Desde o início da República, expedições religiosas conheciam o insucesso em atrair os índios, ao mesmo tempo que expedições científicas a salubridade e fertilidade da região habitada por eles. Acossados pelos grileiros e pelas sociedades de colonização, os Kaingang eram rendidos pela ação dos bugreiros. Cercados de prestígio de heróis, recebendo altas somas em dinheiro para garantir a continuidade da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a abertura de fazendas de café (impedidas pelos ataques Kaingang), os bugreiros invadiam aldeias, devastavam

roças, queimavam malocas, matando homens, mulheres e crianças.
(IVANO, 2000, p. 25)

Não obstante, a devastação ambiental na implantação de casas industriais, em que a foice, o machado, as queimadas e as derrubadas deixavam em seu rastro pequenos tocos de árvores e soqueiras carbonizadas ao chão, que acompanhadas em sua fase de desenvolvimento modernista a partir da instalação das estradas de ferro, foram sendo legitimados como fatores determinantes que culminaram nos prejuízos irreparáveis do espaço norte paranaense:

Como todos os projetos ferroviários concebidos para a região, era dito que esta estrada iria atravessar vasta e rica extensão de terras, cortando planaltos, escarpas, serras, rios e outros obstáculos naturais, divisando cada vez mais as terras interiores, até cruzar com as fronteiras do Mato Grosso, adentrar países da América espanhola e assim, atingir o oceano Pacífico. Tais eram os planos da Noroeste do Paraná, tal era o poder de vida e morte que a estrada era capaz de lançar sobre a região.
(IVANO, 2000, p. 61)

Em suma, os impactos sociais e ambientais ocasionados pelo discurso ideológico da modernização progressista junto às práticas de urbanização, povoamento e industrialização da região foram provedoras de conflitos violentos, os quais não apenas substituíram toda diversidade biológica e social do espaço, mas também silenciaram suas presenças, vozes, culturas e habitações, isto é, a extinção ambiental em prol da exploração dos espaços vazios do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise conceitual de cada uma das três fontes historiográficas em suas respectivas temporalidades de publicação e o período de formação de cada um de seus três autores, foi possível identificar e compreender como a historiografia desenvolveu de forma processual os impactos sociais e ambientais que a região norte paranaense passou diante das novas abordagens críticas e espaciais presentes no recorte temporal das décadas de 1991 a 2000.

Deste modo, através deste desenvolvimento processual da historiografia norte paranaense, foi possível destacar a importância de se analisar a história local; a compreensão da ecologia como fundamentação para o olhar crítico sobre essa história local; os impactos sociais e ambientais em suas diversidades conceituais de cada obra analisada; e as inovações em torno das abordagens e espacialidades em suas respectivas temporalidades.

Em síntese, a cada um dos resultados obtidos, iniciando a partir da história local, sua importância parte do conceito básico elaborado por José D' Assunção Barros (2005), em que o micro-espço das populações localizadas que ali abrigavam-se é analisado como sendo fragmentos de uma comunidade nacional em seu todo. Com isto, ao analisarmos a região norte paranaense entre as décadas de 1930 a 1980, compreendemos sua comunicação com o ambiente nacional como sendo palco das iniciativas políticas impostas pela modernização progressista que o governo do Estado promoveu como desenvolvimento da nação.

Desta forma, o micro-espço sendo reconhecido conceitualmente como fragmento de uma comunidade nacional em sua totalidade, as problemáticas em torno das esferas políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, são detectáveis a níveis de legitimação histórica de determinadas elites sociais, as quais, impulsionadas e asseguradas pelo plano nacional de povoamento das regiões na urbanização, industrialização e rotação econômica dos espaços vazios do capital construíram juntas uma memória coletiva que silenciou e ocultou os impactos sociais e ambientais do processo temporal.

A partir disto, buscamos estruturar nossa análise da história local por meio da fundamentação ecológica do espaço norte paranaense. Os homens, vivendo em sociedade, apropriam-se do espaço e se organizam a partir da divisão das terras que são fornecedoras de fontes primárias que garantem o sustento econômico e social de seus habitantes.

Por meio deste olhar crítico ecológico, identificamos os impactos sociais e ambientais da região norte paranaense através das formas de organização, produção e comercialização dos recursos naturais extraídos deste espaço pelas empresas colonizadoras e pelas elites dominantes dentro do desenvolvimento temporal, em que a divisão de terras e extração de seus recursos naturais não estão subsidiados para o simples sustento de sua população local, mas sim, estão diretamente impulsionados pela política econômica de exportação de suas riquezas naturais em prol da modernização progressista que a região local viria a ser palco em torno aos interesses nacionais.

Com isto, através das três obras analisadas neste trabalho de conclusão de curso, foi possível compreender como a historiografia descreveu os impactos sociais e ambientais em suas respectivas diversidades conceituais, as quais, através da desconstrução ideológica legitimada na região norte paranaense, evidenciou os conflitos sociais ocorridos em disputa com o discurso de felicidade; a utilização do discurso da modernização progressista como instrumento de dominação e poder; e por fim, expos a diversidade social e ambiental existente antes dos processos de ocupação das terras por meio das empresas colonizadoras.

Em suas diversidades conceituais, o cotidiano dos processos da modernização progressista foi repensado e redefinido expondo o outro lado da história local, a qual, a densidade demográfica representada pelo povoamento da região norte paranaense teve objetivo não apenas de povoar o espaço para a mão de obra das terras, mas também, como tentativa de criar uma nova identidade baseada nas nações europeias, onde o atraso cultural referenciado pelas populações já existentes antes da colonização, deveria ser extintas e substituídas pela modernidade que o branqueamento dos povos imigrantes trariam a imagem da nação e da região.

Desta forma, os impactos sociais são evidenciados a partir dos conflitos originados pela apropriação dos espaços regionais, em que a urbanização e a divisão de terras para a produção econômica apoiadas pelo poder do Estado reprimem com violência todos aqueles que estão no caminho do planejamento modernista, destruindo casas e habitações dos variados povos existentes sem hesitação. Com isto, a primeira repressão entre as elites dominantes e os povos marginalizados são expostos pelos conflitos sociais.

Por conseguinte, a segunda repressão dos conflitos sociais são expostas pela urbanização do espaço norte paranaense, a qual, a cidade de Londrina sendo planejada para suportar uma pequena parcela representada pelas elites dominantes, passam por uma grande

problemática social ocasionada pelas imigrações superiores as estimadas, onde a densidade demográfica impulsionada pelas propagandas ideológicas em torno da *terra da promessa* e do discurso do *Eldorado* transformou aqueles que não conseguiram lugar no empreendimento econômico das terras e do trabalho comercial em uma classe indesejável pelas elites dominantes representadas como barbárie, referenciadas por vagabundos, ladrões, mendigos, mascates, meretrizes, malandros e curandeiros, que agora, habitavam o mesmo espaço urbano.

Nesta realidade, os conflitos sociais originados entre a elite dominante e os povos marginalizados tem suas duas temporalidades de disputas violentas retratadas pela historiografia, as quais, o primeiro período evidenciado por Ivano em sua obra, analisa criticamente o discurso de uma terra virgem que silenciava o confronto provocado pela ocupação inicial do espaço norte paranaense, e o segundo período, tem sua abordagem histórica através das noções conceituais analisadas nas obras de Adum e Neto, que desconstróem os discursos ideológicos das elites dominantes evidenciando o cotidiano de conflitos e interesses nas esferas políticas, econômicas e sociais.

Todavia, os impactos ambientais também são abordados pela historiografia através da obra de Ivano, que por meio de seu material documental representado pelas fotografias de José Juliani, expôs a dimensão vegetal que o espaço norte paranaense obtinha antes da colonização inglesa da CTNP, onde a riqueza natural e vegetal do espaço foi retratada tanto na sua existência quanto na sua derrubada desenfreada pela modernização progressista, a qual, a industrialização e a implantação das estradas de ferro propiciaram a morte da vegetação do espaço.

Não obstante, Neto também expõe as problemáticas da ambientação através da exposição das inúmeras indústrias em ramos de serrarias, máquinas de beneficiamento de arroz, milho, algodão, café, marcenarias, carpintarias, cerâmicas e selarias, presentes no processo de modernização progressista da região, as quais, eram principais provedoras das derrubadas das matas em busca da extração de madeiras e outras diversas matérias primas e naturais que se extinguíam a níveis exorbitantes.

Em resultado, a devastação ambiental e seus impactos futuros a região norte paranaense foi cegada e ocultada pelo discurso ideológico da *terra da promessa* e do *Eldorado* legitimados pelo impulso da modernização progressista, em que a administração pública e social sedenta pela rotatividade capital do espaço pouco se limitou ao fator ambiental.

Por fim, não apenas a diversidade conceitual em torno dos impactos sociais e ambientais foram acompanhados em nossa análise historiográfica, como também, a compreensão de como os diferentes regimes de historicidade e os respectivos lugares sociais de cada autor influenciaram e contribuíram para as inovações de abordagens e espacialidades da historiografia.

Em evidência, apesar de Adum e Neto pertencerem ao mesmo regime de historicidade das décadas de 1980 a 1990, as quais, segundo Jurandir Malerba (2009), uma demanda crítica a autenticidade e continuidade de antigas abordagens elaboradas pela historiografia produzida nas décadas de 1950 e 1960 se coloca em um ritmo consideravelmente elevado na escrita das academias universitárias desta temporalidade, com o objetivo de questionar os argumentos e discursos referentes as construções de identidades regionais, cada um dos dois autores executa a sua crítica as identidades representadas pelos discursos ideológicos abordando caminhos diferentes em torno dos conflitos sociais e da exposição das elites dominantes de cada período temporal vivenciado pelo espaço norte paranaense.

Isto se destaca principalmente pelo lugar social vivenciado por cada um, a qual, Adum aponta em sua motivação de sua pesquisa que sua infância foi vivenciada por conflitos sociais, que serviram de base para compreender como o discurso de felicidade foi disseminado na região, expondo seus interesses e objetivos por meio desta construção ideológica. Já referente a Neto, seu lugar social dentro das academias seguidas pela sua motivação pessoal destacada enfatiza o desejo do autor de não apenas expor o outro lado da história local, mas sim, ir contra o silêncio historiográfico das décadas anteriores produzidos dentro das academias, onde o tradicionalismo ideológico exaltava a passividade das terras e a ausência de conflitos sociais em torno da modernização progressista defendidas em várias dissertações de mestrado e teses de doutorado de seu lugar social de vivência no interior dos centros acadêmicos.

Em continuidade, ao destacarmos a obra de Ivano pertencente ao regime de historicidade praticado nas décadas de 1990 a 2000, Jurandir Malerba (2009) destaca o período por meio da interdisciplinaridade entre a antropologia, biologia, ecologia e a sociologia com a história, onde adquire novas espacialidades remetentes a crítica a historiografia tradicionalista aplicada tanto nas academias dos anos de 1950 e 1960 quanto no imaginário ideológico disseminado na região norte do Paraná em sua história local, em que o fator ambiental é destacado em sua pesquisa como uma nova abordagem temática para a

historiografia, sendo evidenciada não apenas por fontes documentais, como também, através da utilização da fotografia como inovação metodológica de pesquisa referentes ao olhar crítico do espaço norte paranaense.

Em adicional, o lugar social vivenciado pelo autor na academia universitária evidenciadas pelas inovações temáticas e novas espacialidades de abordagens influenciaram sua pesquisa a não apenas realizar uma crítica a identidade da história local em seu discurso ideológico, mas de trazer a historiografia a voz do outro, que marginalizado pela construção da memória coletiva e uma terra virgem, expôs a diversidade social e os impactos ambientais existentes no processo temporal.

Por conseguinte, ressalto que estamos destacando o regime de historicidade das décadas de 1990 a 2000 como uma ruptura aos seus antecessores, a qual, a sua dimensão crítica espacial de abordagens e temáticas são resultantes de um desenvolvimento processual que a historiografia sofreu, onde cada temporalidade foi uma construção produtiva executada pelas academias.

Em suma, a importância de se estudar a história local, a exposição da diversidade conceitual em torno dos impactos sociais e ambientais junto as transformações que o período historiográfico sofreu no passar das décadas foram os objetivos centrais deste trabalho de conclusão de curso, resultando na exposição de como a historiografia se comportou dentro do recorte temporal apresentado.

FONTES

ADUM, S. M. S. L. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930/1960*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis.1991

ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975*. Londrina: Ed. UEL, 1993.

IVANO, Rogério. *Crônicas de fronteiras. Imagens e imaginário de uma terra conquistada – Norte do Paraná*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jozimar Paes de. *A Extinção do Arco Íris: ecologia e história*. – Campinas, SP: Papyrus, 1988

ARRUDA, Gilmar; PROENÇA, Wander de Lara. *A Historiografia do Paraná (1970-2012): Os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012)*. **Revista de História Regional / UEPG**. 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CERNEV, Jorge. **Liberalismo e Colonização: o caso norte do Paraná**. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho, 1988. ed. UEL. Londrina. 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66-67

DEAN, WARREN. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira* / Warren Dean; tradução Cid. Knipel Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond – São Paulo; Companhia de Letras 1996

HARTOG, François. *Tempo e História: como escrever a história da França hoje?* **História Social**. Campinas – SP, Revista de Pós-Graduação em História – IFCH-UNICAMP, n.3, 1996.

HOBBSAWM, Eric. e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições** – tradução de Celina Cardim Cavalcante; Rio de Janeiro, 1984.

MALERBA, Jurandir. **A história na América Latina**. Ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo e Imaginário no Paraná dos Anos 20** – Editora UFPR – Curitiba PR; 1996.

SZESZ, Christiane Marques. **A Invenção do Paraná: O Discurso Regional e a Definição das Fronteiras Cartográficas** – Editora UFPR – Curitiba PR; 1997.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de Lucro e Direito de Propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História / Universidade Estadual Paulista. Assis – SP, 1982.